Desde 1947
Ano LXIX

jornalnossavoz.wordpress.com
info@casadopovo.org.br

Rua Três Rios, 252
Bom Retiro, São Paulo - SP

NOVEMBRO 2015 — FEVEREIRO 2016

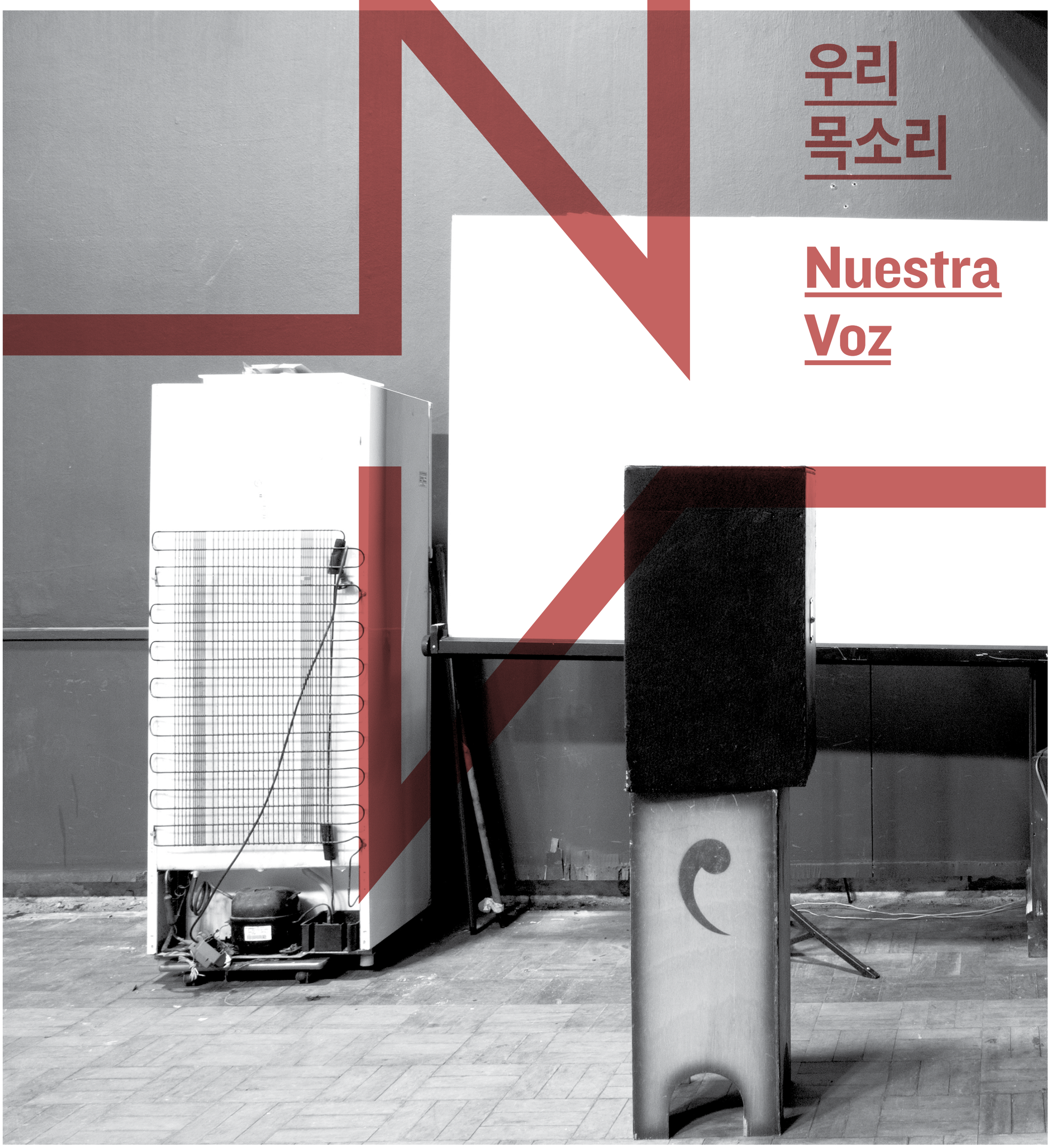
Nº 1016

Nossa Voz

אונדזער שטימע

우리 목소리

Nuestra Voz



Distribuição gratuita, proibida a venda

novembro — fevereiro
Ano LXIX
Nossa Voz
nº 1016

RESISTÊNCIAS

RESISTÊNCIAS

Imagem da capa: Clube de Cultura por Romy Pocztaruk (detalhe)

Cecília Coimbra: a tessitura da subjetividade na história das lutas

Uma entrevista realizada por Rodrigo Vaz a convite do Seminário Público Micropolíticas

Uma mulher gigante. Cecília Coimbra, ao longo de sua existência, se envolveu com as lutas do passado e se envolve com as lutas do presente. Foi militante do PCB e participou da fundação do PT nos anos 1980. Soube se desvencilhar quando suas lutas se tornaram outras. Foi presa e torturada pela Ditadura Civil-Militar. É vice-presidente e uma das fundadoras do *Tortura Nunca Mais (TNM/RJ)*. É contra a prisão, inclusive para os torturadores. Autora de obra seminal sobre os efeitos da tortura institucionalizada no Brasil, o livro "Guardiões da Ordem – Uma viagem pelas práticas *psi* no Brasil do 'Milagre'"(1995), atentou contra a continuidade da tortura e a necessidade do regime político de produzir "inimigos" internos. Analisa como se produz subjetividades afeitas à ordem. Inventa lutas micropolíticas.

Nessa entrevista, Rodrigo Vaz e o *Seminário Público Micropolíticas* (SPMP) conversaram com ela sobre as lutas no presente, a situação atual da esquerda e as lutas contra as punições. Aos 74 anos, esbanja vitalidade. Ela é psicóloga, historiadora e professora adjunta aposentada na UFF, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Estudos da Subjetividade. Coimbra foi presa, nunca apoiou a luta armada, mas ficou ao lado dos camaradas. Até hoje trava uma guerrilha por uma vida não fascista, pela liberdade e contra as punições. Sem conivência, afirmando rupturas.

Esta é uma versão editada da entrevista realizada por Rodrigo Vaz. A íntegra será publicada no blog do Seminário Público Micropolíticas.

Moradores da comunidade Pinheirinho armados com escudos e bastões esperando a chegada de policiais com ordem judicial para expulsá-los de terreno em São José dos Campos (SP), em 13 de Janeiro de 2012. Foto: Nilton Cardin

Rodrigo Vaz/SPMP Todo preso é um preso político?
Cecília Coimbra Sim, pois todo preso é preso pelo Estado. Não só o Estado capitalista, mas num modo geral. Eu tenho 74 anos e sempre fui uma militante que acreditava em poder produzir outro mundo. Eu vim de uma tradição marxista ligada ao Partido Comunista, fiz História. Hoje vejo, quando o *Tortura Nunca Mais (TNM/RJ)* começou, há trinta anos, que a divisão entre preso comum e preso político era muito forte. Desaparecido comum, desaparecido político, morto comum, morto político e essa distinção se colocava inclusive para os movimentos na América Latina – todos com muita influência dos partidos comunistas e de uma vertente do marxismo que acreditava fazer uma revolução e um dia chegar ao Socialismo. A punição é uma discussão que muita gente não aceita, inclusive no *TNM/RJ*. Porém, há alguns anos eu a levanto. Isso está junto da minha concepção do Estado. Os movimentos e essa sociedade de segurança em que vivemos estão o tempo todo pregando mais punição e cada vez mais pregam a importância do Estado. É quase inadmissível para nós pensarmos na possibilidade de movimentos que escapam do Estado. Mas hoje, eu acho que de 2010 pra cá temos visto essa efervescência contra o Estado, minúscula, invisível, crescer um pouco mais. Eu acho que não devemos acreditar no Estado. Os autores com os quais trabalho, como Gilles Deleuze e Félix Guattari, possuem uma concepção de que o Estado está aí para nos aprisionar, qualquer que seja ele, em qualquer sociedade. Eu penso na concepção do Michel Foucault: não existe o poder centralizado nas mãos do Estado, existem muitos poderes que estão por aí. Levar essa discussão para o *TNM/RJ* é fundamental: todo preso é preso político. E acho que existe uma diferença entre punir e responsabilizar.

RV/SPMP Em que medida a falta de um debate sobre punição não faz com que repliquemos a mesma lógica quando atuamos, por exemplo, em movimentos sociais?
CC Nós somos atravessados e formados por forças que nos constituem, somos muitas vezes nazistas, fascistas, conservadores, fundamentalistas. Por vezes, nos damos conta de que nossas práticas estão reproduzindo aquilo que tentamos negar. De um modo geral, os movimentos sociais são o tempo todo atravessados por isso, mesmo os ditos alternativos. Estamos encharcados de moralismo e julgamento. A gente quer punir sim, e quer uma punição melhor e mais eficaz. Os grandes meios de comunicação jogam pesado em cima disso, produzindo subjetividade e modos de viver e existir, inclusive sobre os próprios movimentos sociais. Eu digo: "gente, estamos repetindo a mesma palavra de ordem da Rede Globo: *luta contra impunidade*." Algo está errado, vamos pensar. É fácil reproduzirmos esses modelos quando somos atravessados por eles. Vemos isso dentro dos próprios partidos que se dizem mais progressistas hoje. Como não vemos a questão das relações de forças, então *pessoalizamos*. Essa questão da corrupção hoje, mais do que nunca, está interessada em botar cada vez mais punitivos aplaudindo essas medidas. Estamos vivendo um momento muito difícil.

RV/SPMP Como você vê essas questões hoje colocadas pela esquerda? A prisão dos 23, no Rio de Janeiro, o caso Rafael Braga[1], o caso Amarildo são notas de uma esquerda que enxerga o sistema criminal como alvo, diferente de uma esquerda punitiva[2]?
CC Não, não tem diferença. Eu acho que se coloca muito a máxima de que há uma crise de representação na política. Eu não acredito nisso. Para mim, nas *jornadas de 2013* se instauraram problemas e questionamentos necessários. Participei de algumas passeatas naquele momento e foi uma emoção muito grande, pois era uma mistura só. Havia forças interessantes ali. Estamos vendo agora a votação do que eu chamo de a Nova Doutrina de Segurança Nacional, a lei contra o terrorismo. É em cima dela que o poder vence e se articula pra acabar com qualquer tipo de resistência. As *jornadas de 2013* são um exemplo bem clássico disso. Não é por acaso que a gente vê o caso Rafael Braga e do Amarildo. Os Amarildos existem em centenas, talvez aos milhares, e esse, pelo menos, vazou.

Lembro que fizemos uma reunião com o pessoal de um partido bastante progressista hoje, cujo argumento é: "precisamos unificar mais o movimento, precisamos organizar mais". O que os partidos querem é organizar, e isso interessa ao Estado. O Estado está aí pra organizar a gente. Os partidos políticos estão dentro disso, os de esquerda também. As críticas que eles faziam às *jornadas de 2013* eram: a pauta é muito variada, uma multiplicidade de coisas, não havia organização, não havia liderança etc. Que bom que não havia! Pois acho que tivemos a oportunidade de experimentar isso em grande escala naquele momento. Os coletivos estão aí e existem vários que são invisibilizados, como esse a que você está se referindo aqui agora [C.C. se refere ao *SPMP*], que são muito pequenos, minúsculos.

A experiência de Pinheirinho, que o *TNM/RJ* ofereceu a medalha Chico Mendes aos seus resistentes e sobreviventes, era um novo modo de organização que estava se colocando. E Pinheirinho foi massacrado. A questão não era só aquela terra, mas o exemplo que estavam dando. Daí o massacre foi geral. Não é por acaso que esses 23 estão sendo trazidos como exemplo, além do caso do Rafael Braga, que também teve uma visibilidade maior. Não é por acaso que o Rafael está preso ainda. E tem o caso daqueles dois meninos, o Fabio e o Cássio, do cinegrafista da [TV] Bandeirantes... Como aquilo ali foi manipulado, muito mal contado até hoje, tem P2 [policial disfarçado] infiltrado nesse caso, sem dúvida. Isso não é falado até hoje. E não é por acaso que esses meninos estão servindo como exemplo, pois foram colocados em liberdade em função do *Habeas Corpus* que a Elisa, a Moa e os outros meninos, os 23[3], entraram também, mas nós temos medo de que, em certos casos, esses meninos e meninas sejam condenados.

RV/SPMP Como você vê os governos de esquerda na América Latina pós-ditadura?
CC Esses governos assumiram uma competência muito grande. Estado é isso. Vemos como a crença no Estado e nos partidos políticos é forte em cada um de nós. Isso é o esperado: são governos de esquerda, se comparados ao fundamentalismo do Eduardo Cunha. Daqui a pouco tudo se desfaz e grandes acordos são refeitos – eu não acredito em nada disso. Não acredito em movimento de políticas de representação. Eu não voto há muitos anos. E não é nem votar nulo. Eu não compareço. Agora sou liberada, tenho mais de 70 anos, mas não comparecia para marcar posição. Fui fundadora do PT no Rio de Janeiro. Esse tipo de permuta tem a ver, para mim, com uma crença no Estado, uma crença na política de representação e nos partidos. Esses governos pós-ditadura na América Latina são gestores do capitalismo: é Evo Morales, é dona Dilma, é o Hugo Chávez etc. Algo que sempre me incomodou profundamente é a esquerda bater palmas para o Hugo Chávez, que é um ditador. As *madres* da Praça de Maio, na Argentina, usavam uma frase muito bonita: "Da ditadura militar à ditadura de mercado." (...)

Estado democrático de direito. Há diferença com relação à Ditadura? Da Doutrina de Segurança Nacional daquele período? Sem dúvida que há, senão nós não poderíamos estar reunidos como agora, naquele período, conversando. Já teríamos sido denunciados por alguém. Então, é óbvio que há diferenças, não é tudo a mesma coisa. Nesse Estado Democrático de Direito, vivemos situações de exceção, nas quais a figura do inimigo está sendo produzida nos treinamentos militares da guarda, de Polícia Militar, de BOPEs e de COREs da vida. Você é torturado e aí não tem diferença de como era na Ditadura. Obviamente, o treinamento é menos intenso do que era naquele período, mas ainda existe; determinadas tropas de batalhões de elite são treinados para sofrerem tortura e se preparam para torturar. É um inimigo, que pode estar do seu lado, a gente vê isso nas novelas. Todo mundo puxa o tapete de todo mundo, ninguém é confiável. Então a gente vê a produção do que eu chamo de uma subjetividade *punitivo-paranoica-policialesca*. Produz-se uma paranoia que aquele que está do seu lado pode ser seu inimigo, cuidado!

RV/SPMP Como você vê o atual endeusamento do poder judiciário no Brasil?
CC Sexta-feira, quando fui para o sítio, pensei: "gente, olha o espaço que o poder judiciário tem nos noticiários agora!" Você bota o cara falando, bota os diferentes caras falando... além de um canal, a TV Justiça, no noticiário, um tempo enorme é cedido ao poder judiciário, sob a tutela dele. E a Polícia Federal? Como se tornou a guardiã dos interesses incorruptíveis, a força moralizadora, digamos assim. É a polícia pacificadora. Polícia não pode ser pacificadora. A polícia vai ter sempre o papel de guardiã do Estado. Polícia não vai pacificar nada, pelo contrário. O pacificador, que era o Duque de Caxias, foi o maior assassino da História deste país, que acabou com todos os movimentos sociais do segundo Império e é o guardião do exército. A medalha do pacificador é o mais alto galardão que o exército brasileiro tem, tanto que até se pergunta: 'Você quer saber se o cara foi um torturador na ditadura?' Se ele recebeu a medalha do pacificador, ele foi elemento de confiança da repressão. Então, Duque de Caxias era chamado de pacificador; aos tanques, os Caveirões que entravam nas comunidades, deram o nome de pacificadores. Sabemos que nas UPPs até o lazer é controlado pelo comandante.

1 Sobre o caso Rafael Braga, ver Acácio Augusto. "Seletividade do juizo: o caso de Rafael Braga Vieira" In Passa Palavra, setembro de 2014, http://www.passapalavra.info/2014/09/99187.
2 Sobre a elaboração de *esquerda punitiva ver Maria Lúcia Karan. "A esquerda punitiva" In* http://emporiododireito.com.br/a-esquerda-punitiva-por-maria-lucia-karam/
3 Coimbra está se referindo à Elisa Quadros (Sininho) e Karlayne da Silva Moraes (Moa), presas nas vésperas da final da Copa do Mundo de Futebol com mais outros 23 militantes, dentre eles, Igor Mendes, sob a acusação de estarem planejando atos "terroristas" para o dia do jogo entre Alemanha e Argentina no Maracanã.

RESISTÊNCIAS

Agora, óbvio que sempre vaza, isso que é bonito. Por mais que esses caras tentem controlar, homogeneizar, universalizar tudo, as coisas são fragmentadas e sempre vazam, independentemente desse poder, não existe poder absoluto. Acho que hoje o grande trabalho é tentar afirmar outros modos de existir. Como? Não sei. É tentando, experimentando, porque é na experimentação que a gente vai conseguir criar alguma coisa.

RV/SPMP Quais foram as consequências políticas e subjetivas da sua atuação como militante?
CC Sempre fui uma mulher de partido, algo que foi muito forte em mim. Entrei para o PCB aos 17 anos. Rompi aos vinte e poucos anos, mas o Partido Comunista ficou dentro de mim. A questão da fidelidade, da hierarquia continuava. Agora, nada é totalizado, nada é homogêneo, uma das coisas que eu acho que a minha militância no PCB me deu, que poucos outros espaços me deram, é a questão da solidariedade. Eu fico até emocionada quando falo isso. Outro dia eu falei: realmente, o comunismo que a gente viveu era uma coisa muito parecida com certos grupos anarquistas hoje. Conheço alguns, uma produção muito forte da solidariedade, do apoio ao companheiro, do apoio àquele que está do seu lado, que está na luta.

Minha geração viveu o golpe, o acirramento da ditadura com o AI-5, em 1968, a luta armada, os desaparecimentos, os exílios, os banimentos. E óbvio que isso foi muito forte para a minha geração, muitos foram morrendo ao longo desses anos, mas os que conseguiram viver, sobreviver, seguiram em contato. Sou considerada uma traidora do PT, a maioria deles está com o PT e não abre. Rompi com o primeiro grupo do PT, no meio do primeiro mandato do Lula. Já votei com má vontade, fazendo críticas, porque eu vinha de uma militância do PT que brigava para que o partido se aliasse aos movimentos sociais. A linha que ganhou foi a que enfatizava o apoio à via parlamentar, que era chegar ao poder. Nós achávamos que tinha que ter um partido mais de massas. Logo no início do partido havia essa questão: é um partido de quadros ou um partido de massa, partido de quadro fazia revolução? Houve uma discussão muito grande no início e eu vinha acompanhando isso dentro do PT, totalmente desiludida com o que estava acontecendo.

Quando houve o assassinato do Celso Daniel, em Santo André, já no governo Lula, foi a gota d'água para mim. Nós sabíamos que a prefeitura de Santo André tinha sido laboratório do caixa 2. E a forma como Celso Daniel foi assassinado quando ele resolveu querer moralizar um pouco aquilo ali. O PT sabia que aquilo tinha sido uma queima de arquivo, que o Celso Daniel tinha sido queimado, assassinado, porque estava com documentos. Isso me marcou muito. Até hoje ninguém encontrou o tal computador que ele tinha na época (...). Um advogado veio como porta-voz do PT, dizendo que aquilo tinha sido um assassinato comum, que não era um assassinato político. Era novamente a questão do político e do comum. Aquilo ali foi a gota d'água pra mim. (...) Na verdade, a mídia coloca a tônica do mensalão como um desvio de verba e não é isso! Como se não existissem mensalões desde que a República foi proclamada.

RV/SPMP Mas eu acho que a grande questão do mensalão é o uso do parlamento como um lugar de poder e negociação.

CC A política neoliberal é essa. Foi a escolha que o PT fez pela via parlamentar em algum momento. Lembro-me que um deputado hoje ligado ao PSOL, em uma reunião que fizemos com o pessoal que depois foi para o mesmo partido, falou assim: "vamos esperar a Convenção Nacional". Não tem que esperar convenção nenhuma. Depois do que aconteceu com o Celso Daniel e a forma como o PT tratou, não tem como, isso é ser conivente com tortura. O Celso Daniel foi torturado. Isso é apoiar práticas que abomino e essa coisa do mensalão nem tinha acontecido ainda. Eu lembro que foi um grupo pequeno que primeiro saiu do PT e eu morava em Niterói na época. (...) Hoje, acho que podemos fazer outras coisas para além dessa política de representação, e é nisso que temos que apostar.

RV/SPMP O que resta da ditadura?
CC Restam esses dispositivos que estão sendo aplicados à pobreza e aos "perigosos políticos" de hoje. Esses meninos e meninas... Resta essa subjetividade de achar que não é por acaso que aqueles que militaram durante a ditadura são mais cidadãos que os que militam hoje contra essa situação de exceção em que vivemos. Digo isso porque a grande maioria dos meus amigos do PT se colocou frontalmente contrária ao apoio que o *TNM/RJ* deu a esses manifestantes de 2013. Dizendo que isso era coisa de porra loca, e eu tive que lembrar quantos Carlos Marighella foram chamados de porra loca. (...)

Acho ainda que resta muita coisa da ditadura, não entulho autoritário, não isso, mas uma certa maneira de pensar, subjetividades que vêm daquele período e determinados dispositivos que o Estado continua utilizando; restou a utilização dos autos de resistência, o número de desaparecidos hoje. Os autos de resistência foram criados em 1962, pouco antes da Ditadura Civil-Militar; todo mundo pensa que foi na Ditadura, mas foi antes. Auto de resistência é isso, você mata o sujeito, mas o sujeito morreu em tiroteio ao resistir à prisão.

Os acordos foram feitos e essas histórias não foram contadas. Há um artigo bonito que o Luiz Antônio Batista me mandou e vamos publicar no site do *TNM/RJ* com uma fala do Eduardo Cunha, mostrando que está até hoje aqui, nessa subjetividade neofascista que a gente está vivendo. O Boaventura Souza Santos chamou de fascismo social, eu não sei. Gosto de chamar de situações de exceção. Hoje não é só violência aberta; o que o neoliberalismo traz é a violência extremamente sutil, onde você mesmo pede a violência. Quando vemos acontecer o empreendedorismo nessas comunidades mais pobres, a máxima que cada um deve ser um empreendedor, isso é violência e foi preparado pela Ditadura. O capital está cada vez mais forte. São determinados resquícios, fios que a Ditadura manteve e que foram sofisticados. Hoje a gente pede violência para evitar violência em nome da segurança. Hoje a gente não tem que ser preso, e alguns até aplaudem a tortura. (...) Resta muita coisa da ditadura, e o que resta ficou mais sofisticado ainda.

Casal se beija em meio a protesto contra a Copa do Mundo em Porto Alegre, junho de 2014. Foto: Ramiro Furquim/Sul21.com.br

RV/SPMP Quando olho para você, vejo alguém com bastante energia, com muita força e acionando pessoas. Eu fui acionado pela sua força, então, acho que várias outras pessoas também...
CC Não é nada pessoal, energia é passagem, não tem ego. Isso é questão de encontro, o que pode acionar em um, pode não acionar no outro; são os encontros que potencializam e a gente dá passagem, essa é a grande coisa.

RV/SPMP Mas como faz pra sustentar essa força?
CC Pra sustentar? Não sei... "Cecília, como é que faz? Você foi torturada e não abriu a boca." Não sei... A vida é uma coisa muito bonita, né? Eu acho que só se pode afirmar não sendo dominado pelos dispositivos que estão aí para dominar a gente. É sacar e não perder muito tempo brigando com eles. Eu sempre fui uma pessoa muito reativa, estou aprendendo a ser mais afirmativa, o que não quer dizer que a reatividade não está também afirmando alguma coisa, óbvio que está, mas com gasto de energia muito maior. (...) Tem sido muito difícil para mim. Até porque eu venho de uma tradição comunista, marxista dentro do PT, então romper com isso é muito difícil, porque você acaba cortando amizades que vêm daquela época. "Ah, a Cecília ficou doida, aquela velha louca, velha anarquista agora", que é a desqualificação.

RV/SPMP Mas, ao mesmo tempo, você ganha no outro território, afirma positividades.
CC Ah, sim, nunca estive tão próxima aos jovens, por exemplo. A positividade das rupturas. Isso é fundamental na minha vida.

■

Cecília Coimbra é psicóloga, historiadora, fundadora do Grupo *Tortura Nunca Mais*/RJ e professora adjunta aposentada na Universidade Federal Fluminense, vinculada ao programa de Pós-Graduação Estudos da Subjetividade. Em sua pesquisa de doutorado, tratou das práticas da Psicologia aliadas à ditadura. O trabalho, concluído em 1992 pela USP e publicado em 1995, chama-se *Guardiães da Ordem, uma viagem pelas práticas psi no Brasil do milagre*. Vive e trabalha no Rio de Janeiro.

Rodrigo Vaz é paraibano, psicólogo, graduado pela UFPB. Militante do SUS, da Reforma Psiquiátrica, dos "vidas lokas" em rebelião, inquietos, incomuns, transtornados e errantes. Atualmente, vive e trabalha com saúde mental em São Paulo (CAPS Itapeva). Mestre em Psicologia Social pela PUC-SP (2015) com o título *Redução de Danos, política do comum e invenções de um cuidado de si: uma cartografia do Centro de Convivência É De Lei*.

O Seminário Público Micropoliticas se manifesta como um grupo de leitura e debate gratuito e aberto ao público em geral. Iniciado em agosto de 2014 juntos as atividades do Programa de Ações Culturais Autônomas (P.A.C.A.) em parceria com a Casa do Povo e o Goethe-Institut São Paulo. Essa entrevista será publicada na íntegra em janeiro no blog do SPMP em https://seminariomicropoliticas.wordpress.com

RESISTÊNCIAS

Considerações sobre a questão indígena na América Latina

Por Cassio Brancaleone

Ensaio visual
Jaime Lauriano

A desindianização é um processo histórico através do qual comunidades, que originalmente possuíam uma identidade particular e distintiva, baseadas em uma cultura própria, se veem forçadas a renunciar essa identidade, com todas as mudanças consequentes em sua organização social e sua cultura. A desindianização não é resultado da mestiçagem biológica, mas da ação de forças etnocidas que impedem a continuidade histórica de um povo como unidade social e culturalmente diferenciada. Muitos traços culturais podem continuar presentes em uma coletividade desindianizada: de fato, se se observa em detalhe o repertório cultural, a forma de vida de uma comunidade camponesa "mestiça" tradicional, e se comparada com o que ocorre em uma comunidade indígena, é fácil admitir que as similitudes são maiores que as diferenças, em aspectos tão importantes quanto a moradia, a alimentação, a agricultura, as práticas médicas e muitos outros campos da vida social. Ainda na linguagem pode-se achar pistas do passado indígena, já que o idioma local da comunidade "mestiça" frequentemente incluirá uma grande quantidade de palavras dos idiomas ameríndios originais.

Guillermo Bonfil Batalla,
El México Profundo,
una civilización negada, 1987

Deveria ser moeda corrente o fato que qualquer reflexão contundente, responsável e profunda sobre a atual situação política, econômica e social do Brasil, bem como dos demais países latino-americanos, precisa levar em conta a centralidade da questão agrária. Seja como dívida histórica de um processo de espoliação colonial, ou como condição mais recente de exclusão permanente a uma parte substantiva da população nacional devido ao modelo agroexportador predominante. A apropriação privada e mercantil da terra não apenas afeta a vida de indivíduos cujos antecedentes foram desenraizados neste ou no velho continente e que não encontram ocupação na atual configuração do mercado de trabalho, mas também de coletividades destituídas de sua condição mais elementar para reprodução social, como é a situação dos chamados povos indígenas. Nesse caso em particular, a terra, mais do que "instrumento de subsistência", é território-mundo, lugar de morada e coordenada de dinâmicas simbólicas, espirituais e identitárias.

O mundo moderno se constituiu mediante a universalização de valores e práticas que converteram a terra e o trabalho em elementos utilitários destinados à exploração mercantil, cuja disponibilidade e abundância são indispensáveis para a manutenção do regime capitalista de produção. Conhecemos e naturalizamos esse fenômeno através do eufemismo "trabalho livre" e "espaço/infraestrutura para investimento", o que não quer dizer outra coisa senão seres humanos apartados das condições de subsistência, ou na expressão coloquial, "sem-terras", categoria vulgarizada, mas que possui a virtude de dar conta da natureza dessa separação de "seres humanos" e "terra/meios de subsistência".

Durante boa parte do século XX, as principais formas de resistência a esse processo desterritorializador foram lidas e interpretadas a partir de seu principal desdobramento: a formação dos trabalhadores assalariados urbanos. Mas o sujeito político constituído nessas lutas, em virtude da natureza das principais mediações estabelecidas, como partidos operários e sindicatos, se tornaram prisioneiros das dinâmicas intrínsecas ao próprio capitalismo, com a preservação do assalariamento via aperfeiçoamentos legais das relações contratuais (como a conquista da jornada de trabalho e salário mínimo), e o controle ou participação na administração dos centros de poder estabelecidos nas capitais e metrópoles.

Parece que o maior paradoxo do século XX, que pode ter sido mais longo do que gostariam alguns historiadores, foi o fato de que praticamente todas as chamadas revoluções socialistas foram promovidas ou sustentadas por vastos movimentos camponeses, em nome do operariado. A "aliança operário-camponesa", "sob hegemonia operária", foi um dos artifícios retóricos elaborados pelas vanguardas revolucionárias para desfazer o "nó" das teorias marxistas mais ortodoxas, que supostamente descobriram o sentido da história e um sujeito revolucionário para vaticiná-la. Mas não foram suficientes para vestir o rei.

1 A expressão "camponeses podem ser considerados pertencentes a uma classe tanto quanto as batatas em um saco de batatas" se tornou famosa em um texto de conjuntura de Marx chamado "O 18 de Brumário de Luis Bonaparte". Embora na obra de Marx o camponês tenha assumido um caráter marcado pela ambivalência (entre a condição de proprietário de terra ou de parte de uma comunidade primitiva protocomunista), a visão predominante no marxismo ortodoxo de Lenin e seus descendentes políticos enfatizava a dimensão mais arcaica, retrógrada e atrasada do campesinato, oriunda de seu lugar ocupado na estrutura social capitalista, como motivo para sua transição proletarizada, ou seja, sua desterritorialização e seu assalariamento. Pelo menos nos últimos 20 anos, na sociologia rural brasileira, muitos autores oriundos do marxismo iniciaram uma renovação dos estudos sobre o campo brasileiro, substituindo a categoria camponês (que encarnava o caráter negativo da visão marxista-leninista) por agricultor familiar (positivado em sua condição polivalente e por melhor adaptar-se à economia de mercado). Esse giro teórico, no entanto, despreza uma leitura mais ampla do campesinato que não pode ser encontrada em Marx, mas sim em marxistas heterodoxos pouco conhecidos (como Shanin e Tepich), que já apontavam a pluriatividade desses sujeitos.

"(...) a terra, mais do que 'instrumento de subsistência', é território-mundo, lugar de morada e coordenada de dinâmicas simbólicas, espirituais e identitárias."

Outra dimensão curiosa dessa realidade nua consiste na própria condição do campesinato quando entendido como classe: mais do que um sujeito homogêneo apegado a tradições rudimentares em vias de se proletarizar (ou aburguesar), tais grupos humanos se constituíam em uma constelação de coletividades humanas caracterizadas pela diversidade étnica e dos modos de vida. O que outrora já foi considerado "saco de batatas" por alguns analistas em virtude de uma análise de conjuntura celebrizada por Marx, mais recentemente tem se tornado objeto de inesperado reconhecimento graças ao entendimento acerca da "pluriatividade" e "polivalência" constitutiva ou potencial do/a "homem/mulher do campo", agora em sua versão modernizada como "agricultor familiar"[1].

Camponeses, agricultores, cultivadores e aldeões são aproximações possíveis para o entendimento da jornada milenar dos seres humanos através dos processos de desterritorialização e domesticação da natureza. Pelo menos em uma das versões deste processo há muito que se refletir, por exemplo, sobre o significado do nomadismo. No entanto, a versão sedentária foi tributária de uma enorme multiplicidade de manifestações sociais e culturais. O mais instigante da noção de campesinato e seus congêneres, quando ela nos permite elucidar traços marcantes de um certo tipo humano, é que ela, na sua pretensa universalidade a-histórica, indica justamente todo um universo complexo de diferenças, de alteridades.

Com isso, introduzimos outro traço fundamental da modernidade: a supressão das variedades dos modos de ser/estar humano em prol de uma matriz étnica e cultural dominante. A fabricação da uniformidade do sujeito-povo como portador de uma psicologia/tradição nacional foi a alquimia que deu o sopro de vida a este verdadeiro Golem moderno: os Estados-Nacionais. A historiografia é farta dessas fabulações contratualistas que cunharam o imaginário das nações modernas, com seus símbolos, bandeiras, hinos, museus e monumentos. A outra parte dessa história, que consiste em violência crua, guerras de conquista, ocupações e extermínio, certamente é menos recordada. Isso quer dizer que boa parte do que foi denominado como camponês ou comunidade local, especialmente na Europa, sempre foi, ao seu modo, "índios". Daí uma consideração que só é anedótica na aparência: as expressões musicais classificadas como "música clássica", por exemplo, só podem ser consideradas universais na medida em que consistem, parcialmente, do patrimônio folclórico de minorias aristocráticas...

RESISTÊNCIAS

Índio, logo resisto

Passa bonde passa boiada
Passa trator, avião
Ruas e reis
Guajajaras, Tamoios, Tapuias
Tupinambás, Aimorés
Todos no chão
A cidade plantou no coração
Tantos nomes de quem morreu
Horizonte perdido no meio da selva
Cresceu o arraial

LÔ BORGES E MÁRCIO BORGES, RUAS DA CIDADE

Se o reconhecimento da questão agrária é fundamental para analisarmos a configuração histórica de determinadas estruturas de dominação e exploração ainda vigentes, o mesmo não pode ser feito sem o reconhecimento daquilo que alguns intelectuais latino-americanos designaram por *colonialidade*, o "lado oculto da lua" da modernidade. Modernidade, capitalismo e processo colonial são fenômenos correspondentes. Isso implica em conceber o capitalismo não apenas como um regime de produção criado na Europa entre os séculos XVII e XIX e depois difundido pelo mundo, mas um modelo de civilização iniciado no século XV, exatamente quando a Europa parte para a conquista da América. Uma das condições para a emergência dessa civilização global capitalista é a formação de uma economia-mundo, ou seja, a integração assimétrica entre os mais variados territórios/populações do planeta no circuito mercantil e interestatal hegemonizado pela Europa.

A relação que os conquistadores europeus estabeleceram com o "novo continente" permitiu sua autorrepresentação como agentes dessa civilização. Sua vinculação à cultura judaico-cristã garantiu ainda a sua autoenunciação como escolhidos por Deus para difundir o evangelho e seus correspondentes ritos de salvação da alma. As populações dominadas, entendidas de acordo com as circunstâncias como bons ou maus selvagens, deveriam receber, pela cruz ou pela espada (quando não pela conjugação de ambos), a verdade, a lei e a fé emanadas da civilização. O mecanismo inventado nesse contexto para que essa diferenciação civilizados/selvagens fosse operativa foi a *racialização* dos subalternos. Como a matriz étnica e cultural europeia se afirmou ao redor do "branco caucasiano", esta se tornou a referência para a classificação das demais "variações". No entanto, é curioso como a referência geralmente é invisibilizada como categoria *raça* quando aplicada à matriz (é um tanto incomum menções à raça branca, afinal, esse é o suposto *status* de normalidade da espécie), demonstrando seu caráter eminentemente negativo, de falta e ausência de atributos biológicos, psíquicos e morais.

A *colonialidade*, portanto, significa a institucionalização de um sistema de classificação racializado que sustenta e coloca em atividade um sistema de dominação, estruturando diversas esferas das relações sociais no novo e velho mundo a partir de um dispositivo relativamente oculto: as visões de mundo e os valores culturais. É na dimensão da *episteme* que a *colonialidade*, como parte inerente (e oculta) da modernidade capitalista, opera de modo mais efetivo, ao subtrair do horizonte histórico as visões de mundo nativas, seja através do extermínio físico desses seres humanos como coletividades, seja através da destruição das línguas e sistemas culturais nativos. A universalização do "ponto de vista" paroquial dos conquistadores é seu fundamento. Nos anos iniciais da empresa colonial, a categoria *gentio* visava dar conta dos habitantes originários da América. Como o processo de extração de excedente econômico das coloniais demandava, juntamente com a domesticação dos povos autóctones, a incorporação de mão de obra forânea africana, *índios* e *negros* se tornaram expressões generalizadas para, simultaneamente, demarcar as diferenças sobre as origens territoriais desses corpos e mentes servis, e as similitudes supostamente endógenas dessas populações. Com a criação dessas tipologias classificatórias, foi possível aplainar a multiplicidade distintiva de uma grande gama de culturas e tradições que esses sujeitos encarnavam. O mesmo movimento do Estado-Nacional que uniformiza culturas e as converte em "povo" na metrópole exercita nas colônias sua capacidade material e simbólica de formatação da diversidade de experiências humanas, nas Américas e África sob o rótulo genérico de *índios* e *negros*.

É certo que este processo não foi pacífico em nenhum lugar. E também é correto pensar que às reinvenções identitárias forçadas pelo poder moderno-colonial se sobrepuseram reinvenções de resistência elaboradas no âmbito dos próprios subalternos. Todo um complexo debate sobre mestiçagem pode ser entendido sob essa chave.

No caso particular dos indígenas, na medida em que desaparecem como contingente demográfico representativo na América Latina, o poder colonial articula e conjuga uma estratégia baseada na edição de "leis de proteção", geralmente relacionadas com a constituição de redutos, aldeamentos e reservas com o intuito de "preservar os remanescentes", com uma política assimilacionista de "preparar o elemento autóctone para sua incorporação nas populações nacionais". Na realidade, a formação dos aldeamentos serviram praticamente para propósitos assimilacionistas, utilizados como reservas de mão de obra ou espaços de domesticação cultural (o que inicialmente se denominava como aculturação).

O índio, o selvagem oriundo das Américas que possui *status* humano negativo, receptáculo para receber as sementes da civilização, misteriosamente, não desapareceu como tipo humano, nem foi a matéria-prima para a realização da profecia da modernidade de espraiar para os quatro cantos do mundo o "desenvolvimento" e o "progresso". O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, ao pesquisar um curioso documento[2] escrito pelo padre jesuíta Antônio Vieira (1608-1697) a respeito do processo evangelizador e pedagógico dos catequistas entre os indígenas no Brasil, cunhou a expressão "inconstância da alma selvagem". O documento em questão relata a preocupação do jesuíta ao comparar a receptividade à educação de populações indígenas e populações europeias, e para tanto usa a analogia dos trabalhos manuais feitos no mármore e na murta (um tipo de planta arborescente). Talhar o mármore é uma tarefa que, se bem realizada, permanece para a posteridade. Já a murta, demanda esforço periódico de manutenção das folhas e galhos que, uma vez moldados em determinada forma, voltam a crescer e adquirir novas configurações fractais. Assim como a murta, conclui pessimista o jesuíta, funciona a psique inconstante do selvagem.

Temos aqui uma consideração muito valiosa sobre o sentido da domesticação cultural entre muitas populações autóctones. Sua abertura para o novo e sua disponibilidade para o colonizador, mais do que um suposto traço de fraqueza moral ou inocência pueril, opera como um tipo de mediação para o estabelecimento de relações sociais. Portanto, o caráter e os resultados das "conversões" ou do "processo civilizador" parecem ser bastante ambíguos. Nem sempre podemos esperar que o Cristo crucificado na corrente de um missionário seja o mesmo profeta no pescoço de um pajé guarani.

O não desaparecimento dessas coletividades é revelador da existência de um importante fenômeno de resistência. Mesmo se não considerarmos a dimensão intencional desse processo, só a leitura a respeito das "sobrevivências" culturais existentes nas profundezas da sociabilidade popular, como assinala o antropólogo mexicano Guillermo Batalla, já é indício suficiente para uma revisão sobre o modo como encaramos nossa própria inadaptação às instituições predominantes do mundo moderno colonial, como demarcam atributos como subdesenvolvidos ou pré-modernos. Entretanto, essa resistência também é ativa e prenhe de intencionalidade.

> **"O mesmo movimento do Estado-Nacional que uniformiza culturas e as converte em "povo" na metrópole, exercita nas colônias sua capacidade material e simbólica de formatação da diversidade de experiências humanas, nas Américas e África sob o rótulo genérico de *índios* e *negros*."**

O significado das lutas indígenas na América Latina

Ao insistirmos na centralidade do problema agrário queremos evidenciar sua ligação visceral com os processos de desterritorialização dos povos indígenas. Sabendo que boa parte dos intérpretes políticos e intelectuais analisaram os levantes populares dos séculos XIX e XX como insurreições de camponeses, não deixa de ser parte da dinâmica etnocida (ou desindianizadora) ignorar que esses camponeses não abandonaram sua condição de indígenas, ainda que resistência e reinvenção cultural se mesclem na adoção de uma ou outra forma identitária.

Portanto, o que se denomina mais recentemente como "etnogênese" pode ser simultaneamente sintoma de esterilidade ou pobreza conceitual e indício de novas reacomodações (ou reelaborações) identitárias. O curioso é que muitos dos povos que "apareceram", em grande medida, foram sistematicamente negados como povos[3].

Parece que uma "primavera dos povos indígenas" se abriu na América Latina a partir dos anos 1970. Os fatores que poderiam ajudar a entender essa emergência *do movimento político organizado* dos povos indígenas (e não "emergência dos povos") são variados e complexos, e não temos espaço para tratar aqui com merecido detalhamento. Mas, algo que pode ser mencionado é a própria subversão da noção de *indígena*.

Se o *índio*, durante todo o processo de espoliação e dominação no continente, foi erigido como categoria de classificação racial colonial para domesticar e controlar as populações autóctones, o agenciamento dessa identidade foi assumido em grande parte pelo movimento indígena contemporâneo e revertido em chave positiva. Como identidade de resistência, ela se tornou âncora normativa para se manifestar no espaço público e pleitear um conjunto de direitos, entre eles, o mais importante, o direito de defender e preservar *suas diferenças*. Claro que a manutenção desse direito é indissociável de sua garantia material imediata: o acesso ao território.

Vários fóruns importantes ocorreram nos anos 1970 na Bolívia, Equador, Peru e México, por exemplo. Em um momento incipiente daquilo que viria a ganhar o nome de ativismo transnacional, é impressionante o lugar ocupado pelos indígenas como atores políticos. Como desdobramentos ulteriores, dois marcos históricos relevantes dessa "virada" podem ser encontrados na insurreição zapatista de 1994, no México, e na eleição de Evo Morales, primeiro indígena presidente de uma nação moderna, na Bolívia, em 2005.

Os povos indígenas do Brasil também foram protagonistas nesse processo. Aqui foram colocados em ação vários movimentos de retomadas das "terras tradicionais", inserindo o movimento indígena no mapa da sociedade civil organizada do país, em aliança e colaboração com outros importantes segmentos sociais. Isso refletiu na constituição de 1988, que, por sua vez, legitimou e retroalimentou as lutas por retomadas.

RESISTÊNCIAS

De maneira geral, como parte das lutas sociais do campo, os indígenas brasileiros continuam sendo os sujeitos sociais mais precarizados, atacados e prejudicados pelo modelo de desenvolvimento predominante e as opções políticas dos governos em curso: eles são a principal pedra no sapato do agronegócio e dos grandes projetos de aceleração do crescimento (como usinas hidrelétricas, barragens, estradas etc.). Diferentemente dos outros movimentos do campo, como o MST e o sindicalismo dos agricultores familiares, que ocupam posições no interior do governo federal e possuem trânsito entre agências estatais que revertem recursos públicos para seus projetos, a preservação do modo de vida de muitos povos indígenas, ou mesmo sua existência física, é incompatível com o modelo neoextrativista e neodesenvolvimentista adotado pelas elites dirigentes do país, com destaque para os setores de esquerda que defendem a consolidação de um "capitalismo autônomo nacional" redistributivista, a única utopia da *realpolitik* progressista continental.

Por fim, vale assinalar novamente que a atualização do indígena como identidade de resistência é fundamentalmente plural e aponta para a diversidade dos modos de vida existentes ou em potência/constituição. Isso significa que é possível observar divergências estratégicas no seio do próprio movimento, além de experiências em curso que representam projetos políticos diversos: basta comparar o caso zapatista e o caso boliviano.

Isso nos permite identificar a plausível existência no interior do movimento de duas grandes "convergências estruturantes" transformadoras, sem dúvida em constante elaboração e com o mesmo diálogo entre si. A experiência boliviana expressa a afirmação de uma filosofia ou cosmovisão ameríndia, cujos elementos apontam para o que alguns (especialmente os intelectuais indígenas aymaras que "conquistaram o poder") denominam como *Bem Viver*: um paradigma fundamentado na ética da convivência ("viver bem entre nós"), que prima pelo fortalecimento de determinadas relações sociais que fortaleçam experiências comunitárias, interculturais e sem assimetrias de poder. Como crítica do progresso, do desenvolvimento e do racionalismo eurocentrado, essa perspectiva acredita na possibilidade de reformular as instituições de poder e as políticas econômicas para privilegiar o empoderamento dos povos tradicionalmente excluídos e vitimizados pela modernidade.

Por sua vez, temos a experiência de autogoverno zapatista, que logrou nos últimos 21 anos construir um dos mais valiosos exemplos de democracia direta anticapitalista em funcionamento do mundo. Na realidade, o processo zapatista nos interpela para atualizar nossa noção de democracia para além de sua figuração estatal, predominante na modernidade-colonialidade. Sob o signo da autonomia, os indígenas chiapanecos que vivem nos municípios rebeldes zapatistas (cada qual com a sua inscrição de entrada "Você está em território rebelde zapatista. Aqui o povo manda e o governo obedece.") protagonizam uma modalidade de luta que realiza pelas vias de fato da ação direta, e em uma relação colaborativa virtuosa com a sociedade civil, seu próprio projeto político.

Ambos os processos são expressivos de tendências mais definidas do movimento indígena. Isso não quer dizer que inexistam experiências que apontem para outros rumos. Outra vez, a emergência do movimento traz à tona as especificidades dos próprios atores e suas dinâmicas. Mas o maior ponto de unidade continua sendo o mesmo: a recuperação dos territórios (ancestrais/tradicionais/originários/etc.) e a autodeterminação desses povos, com todos os seus desdobramentos e implicações resultantes.

■

Cassio Brancaleone é professor de sociologia da UFFS e investigador do Grupo de Pesquisas Anticapitalismos e Sociabilidades Emergentes (GPASE). Vive e trabalha em Erechim–RS.

Jaime Lauriano é artista. Sua pesquisa busca evidenciar como as violentas relações mantidas entre instituições de poder e controle do Estado – como polícias, presídios, embaixadas, fronteiras – e sujeitos moldam os processos de subjetivação da sociedade. Vive em São Paulo.

2 [Nota da editora] O documento em questão se trata do sermão do Espírito Santo, proferido em São Luiz, no ano de 1657, e é citado por Eduardo Viveiros de Castro no livro "A inconstância da alma selvagem" (Editora CosacNaify, 5ª edição, 2013).
3 Na antropologia, em geral, se denomina por etnogênese o processo de constituição de novos grupos étnicos. No Brasil há importantes estudos de etnogênese que tematizam a confluência de vários grupos do nordeste brasileiro para a formação de novas etnias. O aspecto controverso do conceito se dá quando se passa a confundir a aparição pública de novas etnias com a sua formação propriamente dita. Ou seja, há um risco de atribuir ao reconhecimento estatal ou antropológico o "batismo" de existência de grupos sociais que simplesmente eram denominados de outra forma pelos dispositivos de diferenciação hegemônicos.

O que nos une

Lo que nos une

RESISTÊNCIAS

nos separa

nos separa

1494 1750 2015

Porto Alegre: uma cidade negra?

Por Fernanda Oliveira

No Rio Grande do Sul, viveram em processo de segregação
Benguela, Angola, Rebolo e Congo,
Farroupilha a revolução
Das charqueadas a combatentes
Em todas as dimensões é o orgulho da gente

Oliveira Silveira saldando Zumbi
Roselia e demais quilombolas aí
Almirante negro, símbolo de luta
Rainha do Ilê, também negra gaúcha

Canta Ilê do Curuzu
Viva, Viva! Os negros do sul
Canta Ilê Aiyê do Curuzu
Viva, Viva! Os negros do sul
Africana

Lá também tem grito de liberdade
Africana religiosidade
Em bantu batuque, balança a cidade [...]

Letra da música *Viva os negros do sul* composta por Jóia Santos, Genivaldo Evangelista e Kátia Show.

Em julho de 2011, o clube cultural Fica Ahí P'rá Ir Dizendo, localizado na cidade de Pelotas, no extremo sul do Rio Grande do Sul, recebia em sua sede representantes do bloco afro Ilê Aiyê. No carnaval do ano seguinte, a já bem conhecida Rua do Curuzu, no coração do bairro da Liberdade, em Salvador, veria seus integrantes saírem da *Senzala do Barro Preto*, sede do bloco, levando o tema "Negros do Sul – Lá também tem". Dentre as músicas compostas a partir da temática e de uma pesquisa feita não apenas no clube negro pelotense, mas também em diferentes cidades do estado e da região, destaquei aqui o fragmento que serve de epígrafe a esse texto.

Já na primeira estrofe os compositores apontam para *todas as dimensões*, e é a partir desse ponto que adentro na história da capital gaúcha. Muito mais que observar a *contribuição* dos negros para a cidade, trata-se de observar Porto Alegre como uma cidade negra, em que os sujeitos negros estiveram sempre presentes no seu cotidiano. O senso comum considera *normal* imaginar este território como desprovido de negros, e o mesmo ideal está presente no imaginário gaúcho, o qual não comporta nem os imigrantes alemães e italianos, tampouco os negros. Pretos e pardos, conforme nomenclatura utilizada pelo IBGE no censo de 2010, somam 16,2% da população gaúcha. Mesmo nos meios acadêmicos, a *invisibilidade social e simbólica dos negros*, perspectiva desenvolvida pelo antropólogo Ruben Oliven, é uma premissa que passou a ser desconstruída com maior ênfase apenas no século XXI. Esta perspectiva é fundamental para entendermos, em parte, a afirmação de que no Brasil o racismo é estrutural e institucionalizado, conforme declaração da ONU, em setembro de 2014.

novembro — fevereiro
Ano LXIX Nossa Voz nº 1016

RESISTÊNCIAS

Tide entre seus amigos frequentadores do Bar Luanda (1960-1980). Inspirado no universo africano, o bar Luanda foi comprado por Aristide da Silva (Tide), que permaneceu em seu comando por 17 anos.

O estado sulino consolidou-se sobre o ideal da branquitude e até a atualidade é considerado *normal* imaginar a identidade regional e sua população como exclusivamente branca (o mesmo pode ser percebido para os países fronteiriços ao estado – Argentina e Uruguai). Porém, muitas são as experiências coletivas que auxiliam a visualizar a presença de negros e, infelizmente, o racismo enfrentado por essas pessoas.

Mas seria essa presença algo estritamente pontual? Quem já ouviu falar de colônia africana, jornal *O Exemplo*, Príncipe Custódio, Maestro João Pena de Oliveira, Horacina Corrêa, Revista Tição, Mestre Borel, Bedeu, *Seu Lelé*, Olívia Pereira, Oliveira Silveira, Mãe Apolinária, Liga da Canela Preta, Satélite Prontidão, Floresta Aurora, Sopapo Poético, Negraldeia e Nação Z? E aos que já ouviram falar, ou são profundos conhecedores seja através das memórias compartilhadas, seja exclusivamente através de pesquisas acadêmicas e/ou autodidatas, fica o questionamento: já encontraram tais referências na história dita oficial? Seriam estas referências exemplos de excepcionalidade? Para aprofundar ainda mais essa problematização, relembro exemplos que alargam o espectro, trazem outras cores para o cenário específico de Porto Alegre e permitem que andemos pelas ruas dessa cidade para além das meras variações do branco. Vejamos...

Os episódios de agosto e setembro de 2014 trouxeram ao centro do debate transmitido pela mídia a questão do racismo antinegro em Porto Alegre – que não ficou restrito aos círculos esportivos. As imagens de uma torcedora do Grêmio utilizando a palavra "macaco" para ofender o goleiro do time rival, Mário Lúcio Duarte Costa, o Aranha, foram chocantes para muitas pessoas. O assunto não é novo, tampouco o fenômeno do racismo, mas o ocorrido abriu mais uma janela, em nível nacional, para a capital gaúcha e para o estado sulino.

Porto Alegre é uma cidade que figura no imaginário nacional como uma capital marcada pela presença dos descendentes de imigrantes europeus que aqui aportaram especialmente a partir do século XIX. Sua presença seria responsável por uma gama de aspectos culturais diretamente vinculados ao aporte transladado por esses sujeitos europeus e fielmente mantidos por seus descendentes. O episódio envolvendo o goleiro Aranha trouxe à baila a pecha de uma cidade racista, mas isto os leitores já sabem. O que precisa continuar a ser marcado é que essa imagem de cidade racista se assenta em um mito: a não presença de negros em solo gaúcho, a inexistência dos *afrogaúchos*, como tão bem os referia em seus versos o poeta Oliveira Ferreira da Silveira (1941-2009)[1]. Essa invisibilidade é responsável por planificar a imagem que se tem da população da capital gaúcha, e, consequentemente, da cultura característica dessa região.

Uma rápida caminhada pela Rua da Praia, oficialmente denominada Rua dos Andradas, no centro da cidade, coloca por terra essa imagem. O mesmo poderá ser observado num passeio pelas ruas da Cidade Baixa, bairro próximo ao centro; pelas imediações da avenida Nilo Peçanha e rua João Caetano, no bairro Três Figueiras, área nobre da cidade na zona norte: exatamente no cruzamento dessas ruas há um quilombo urbano intitulado Quilombo da Família Silva. Até mesmo nas ruas do bairro Bom Fim existe uma presença efetiva de negros e a memória de uma região em que negros e judeus conviveram por muito tempo.

Em suma, qualquer pessoa que se disponha a descer do carro conduzido pelo imaginário gestado especialmente na primeira metade do século XX – por intelectuais que narravam uma história oficial a serviço do estado – em qualquer região da cidade, irá se deparar com uma cidade real. Porto Alegre, além de plural, é uma cidade em que a presença negra é facilmente observada em seu patrimônio material e simbólico – basta que se tire o véu da branquitude [1]. O pedestre vai se deparar com uma face de *cidade negra* [2]. Os negros não apenas contribuíram para a sua formação, mas, de fato, a construíram, e a despeito de um imaginário que segue se alimentando e se afirmando, permanecem presentes em seu cotidiano. Isso se verifica, por exemplo, a partir de um dado relativo à religiosidade – Porto Alegre figura como uma das capitais brasileiras com maior concentração de casas de religião de matrizes africanas, de acordo com a pesquisa *Mapeamento das Comunidades Tradicionais de Terreiro* (2011). A pesquisa apontou a presença de 1.342 casas na região[2].

É possível oferecer alguns exemplos de experiências que marcaram a história da cidade os quais, além de territorializar espaços negros, permitem observar estes sujeitos em diferentes espaços da cidade. Nesse sentido, e a fim de contextualizar em parte a presença marcante das religiosidades de matrizes africanas na região e a forma como as questões sociais se articularam como meios de exercer políticas cotidianas de enfrentamento do racismo, faz-se necessário destacar a figura emblemática de um príncipe negro que circulava por estas bandas no imediato pós-abolição: o *Príncipe Custódio Joaquim de Almeida*, ou *Osuanlele Okizi Erupê*.

Natural do Reino do Daomé, atual Benin, o Príncipe viaja ao Brasil após a invasão britânica de 1897. Chega pelo porto de Salvador em 1898 e resolve rumar ao sul, passando pelo Rio de Janeiro e adentrando em território sulino através do porto de Rio Grande em 1899. Ao que tudo indica, o referido príncipe recebia uma pensão do governo britânico. Custódio vai para Pelotas e Bagé no ano seguinte. Em Pelotas, o já conhecido Príncipe, adepto do jogo de Ifá (búzios), consolida-se como uma liderança religiosa e conhece Júlio de Castilhos, ex-presidente do Rio Grande do Sul. O político, além de amigo do príncipe, passa a ser atendido por este em decorrência de graves problemas de saúde. É então que Júlio de Castilhos convida o príncipe e sua corte a residirem na capital, algo que se efetiva no ano de 1901, mais especificamente, na Rua Lopo Gonçalves, atual bairro Cidade Baixa.

Custódio figura como alguém que estreitou relações com políticos da época e com os adeptos das religiões de matrizes africanas, sendo o responsável pelo assentamento do orixá Bará, aquele que protege os caminhos, atualmente simbolizado no centro – na encruzilhada – do Mercado Público de Porto Alegre. O Príncipe veio a falecer em 1935, com 104 anos de idade. Porém, sua morte não foi suficiente para apagá-lo do imaginário local, e sua figura é bastante ilustrativa da presença e do trânsito de sujeitos negros pela cidade. A origem social e situação econômica do Príncipe não podem ser desconsideradas como centrais para as relações sociais por ele estabelecidas. E auxiliam na observação das múltiplas dimensões da presença negra, ou seja, a própria pluralidade de vivenciar o ser negro, como aponta a música do Ilê que deu início a este texto.

A escrita tem por premissa a linearidade, já a experiência do vivido está sempre entrecruzada, verdadeiramente atravessada por inúmeras questões e situações. Nesse sentido, pensar a experiência negra em Porto Alegre exige também que nos atenhamos ao período escravista e às localidades que referenciam essa presença. De forma alguma o objetivo é vincular os negros estritamente a esse tempo histórico, mas possibilita acompanhar e, mesmo que sob uma lente histórica bem reduzida, observar essa presença que é aparentemente invisibilizada e que não foi nada amistosa – de fato tirar o véu e enxergar a complexidade dessa cidade.

Dessa forma, vale a pena observar os territórios dessa cidade. Em qualquer final de semana de clima ameno, especialmente no inverno rigoroso, é comum que os gaúchos ocupem o Parque da Redenção para socializar com os seus. O referido espaço foi denominado oficialmente 'Campos da Redenção' em 1884, alcunha que se valeu de uma onda de liberdades de escravizados que assolou especialmente a Amazônia, Ceará e Rio Grande do Sul, como forma de marcar uma *concessão* do poder público estadual em prol da libertação dos escravizados.

Nesse sentido, a denominação conferida é uma referência explícita à forma como o poder público pretendia que a medida fosse entendida pelos sujeitos negros atingidos por tal política: uma redenção de sua situação precária. Desnecessário afirmar que isso não configura a abolição da escravidão em Porto Alegre, e tampouco que o cenário de emancipações era muito mais complexo e com uma gama de sujeitos ativos muito maior que apenas os abolicionistas, imaginados apenas como brancos, e o poder público. Vide as formações de quilombos na cidade, as associações que precederam a abolição e a atuação dos próprios sujeitos escravizados em prol de sua liberdade, sem esquecer ainda todo o cenário nacional e internacional que defendia o fim do trabalho escravo. Embora na atualidade o parque tenha outra denominação oficial – Farroupilha, em decorrência das comemorações do centenário da guerra civil que assolou a província de Rio Grande de São Pedro –, ele continua a ser denominado popularmente como Parque da Redenção.

No entorno do parque encontram-se os territórios que, entre as emancipações e nas primeiras décadas do pós-abolição, foram ocupados mais massivamente pelos grupos negros, tais como a Colônia Africana, o Areal da Baronesa (comunidade Luiz Guaranha), Cabo Rocha, Cidade Baixa, Ilhota e a bacia do Mont'Serrat.

O século XX não foi diferente e tampouco presenciou um desaparecimento dos negros e negras das ruas da capital gaúcha. Foi repleto de experiências negras facilmente identificáveis e ainda presentes nas ruas dessa capital, dentre estes, os clubes sociais negros, criados ainda na vigência da ordem escravista. De acordo com pesquisas históricas e o depoimento de familiares dos fundadores desses espaços, acredita-se que a Sociedade Floresta Aurora, fundada em Porto Alegre em 1872 por um grupo de negros forros, seja uma das mais antigas em funcionamento atualmente no país. Em 1902 nascia a Sociedade Bailante Satélite Porto-Alegrense, que veio a fundir-se com o Grupo Carnavalesco Prontidão em 1956, dando origem à Sociedade Satélite Prontidão. Os clubes surgiram em função principalmente da alta discriminação vigente, a qual prevaleceu no pós-abolição – e ainda hoje se mantém em algumas cidades. Nestes espaços os negros podiam conviver com seus pares e constituir medidas importantes para sua inserção no mercado de trabalho: além de colocarem em prática o direito civil de vida social, destacaram-se as medidas tomadas em prol da educação dos homens e mulheres negros. Na atualidade, tais espaços configuram-se como territórios de manutenção da história e cultura negra.

1 Oliveira Ferreira da Silveira (1941-2009) é reconhecido como o poeta da Consciência Negra. Teve uma vasta produção poética com temáticas que extrapolam a negritude e o regional, era sinônimo de literatura em movimento tanto em termos de tradição poética quanto de função poética como bem aponta Ronald Augusto ao organizar a obra do autor (2012).
2 O mapeamento foi coordenado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Fundação Cultural Palmares (FCP) e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e tratou dos estados de Minas Gerais, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

RESISTÊNCIAS

"(...) Porto Alegre figura como uma das capitais brasileiras com maior concentração de casas de religião de matrizes africanas, de acordo com a pesquisa *Mapeamento das Comunidades Tradicionais de Terreiro* (2011)."

Momento de lazer no atual Parque da Farroupilha, também conhecido como Redenção. Acervo Antônio C. Côrtes.

Ao longo do período pós-abolição, a educação se consolida como uma demanda central dos espaços associativos negros. A educação não foi esquecida pelo poder público, porém as iniciativas estavam permeadas por valores que demonstram os problemas sociais aos quais os grupos negros seguiram expostos. Nesse sentido, as histórias da Escola Pão dos Pobres e do Asilo São Benedito são bastante ilustrativas. A Escola Pão dos Pobres, fundada em 1895, tinha como público alvo as viúvas e órfãos dos soldados da Guerra do Paraguai (1864-1870) e da Revolta Federalista (1893). Já o Asilo São Benedito foi criado em 12 de maio de 1912, voltado inicialmente ao abrigo de órfãs negras, que recebiam o ensinamento de ofícios técnicos. Esses ofícios denotam o lugar social destinado às crianças negras no mundo do trabalho: cozinheiras, bordadeiras e costureiras. Empregos que podiam ser domésticos ou fabris, mas excluídos do campo restrito e valorizado do trabalho intelectual.

Ainda no que se refere ao imediato pós-abolição, não posso deixar de mencionar a existência do jornal '*O Exemplo*', que, de acordo com pesquisa de mestrado da historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto em diálogo estreito com o pesquisador Oliveira Ferreira da Silveira, é o jornal mais antigo da imprensa negra do pós-abolição. *O Exemplo* circulou entre 1892 e 1930 a partir da cidade de Porto Alegre. E, embora já tenhamos um número considerável de pesquisas acadêmicas concentradas em alguns exemplos da experiência negra da cidade, é importante registrar dois livros fundamentais para observar essas experiências enquanto coletivas dentro de um quadro de reivindicação de cidadania, especialmente no pós-abolição. Trata-se de *Negro em Preto e branco – História fotográfica da População Negra de Porto Alegre* (2005) e *Colonos e Quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre* (2010), ambos organizados por Irene Santos e com ampla colaboração de acadêmicos e intelectuais negros.

Muitos foram e são os exemplos de resistência negra nessa cidade em suas diferentes dimensões, como é o caso da *Liga Nacional de Futebol Porto-Alegrense – Liga da Canela Preta*. Ainda que pouco estudada por pesquisas sistemáticas, as imagens referentes à *Liga* permitem sugerir que sua fundação encontra-se entre fins da década de 1910 e início da década seguinte. Congregava times de futebol de jogadores negros, os quais eram sistematicamente preteridos nos grandes times locais. Outros exemplos são a *Banda do Maestro João Pena de Oliveira*; o *Salão Colored*, de propriedade de Georgina Pinto, voltado às mulheres negras, na década de 1950; *Seu Lelé – Adão Alves de Oliveira* – primeiro rei momo negro do carnaval do Areal da Baronesa em Porto Alegre, uma brincadeira do carnaval de 1948 quando este reivindicava um reinado na mãe África, através de referência à Etiópia; o *Grupo Palmares*, lembrado sobretudo pela figura de Oliveira Silveira, que em 1971 reivindicou a data do 20 de novembro como *Dia da Consciência Negra*, incorporada enquanto tal ao calendário nacional; *Deise Nunes de Souza*, primeira mulher negra a vencer o concurso de 'Rainha das piscinas', em 1984, e, dois anos depois, vencedora do 'Miss Brasil', tornando-se a primeira mulher negra a conquistar esse concurso; *Alceu de Deus Collares*, primeiro prefeito negro de Porto Alegre (1986-1988) e primeiro governador negro eleito do RS (1991-1994); *Paulo Paim*, atualmente senador da república; *Sopapo Poético*, encontro de arte negra; *Negraldeia* e *Nação Z*, veículos de comunicação que seguem os passos da imprensa negra.

Essas iniciativas negras, com diferentes objetivos, têm como traço distintivo a denúncia do racismo e, consequentemente, da desigualdade nas relações sociais. Todas enfrentaram cotidianamente expressões explícitas ou veladas de racismo, direcionadas à coletividade negra mesmo quando parece alcançar seus indivíduos de forma personalizada. Dentre estas podemos recordar – além do caso envolvendo a torcedora do Grêmio, Patrícia Moreira da Silva e do então goleiro do Santos, Mário Lúcio Duarte Costa, o *Aranha* – o texto escrito por Paulo Sant'Ana, colunista do jornal Zero Hora, sobre Punta del Leste e a *inexistência* de negros; os casos de denúncia de racismo vivenciados pelos imigrantes africanos na Serra Gaúcha, especialmente haitianos e senegaleses, e o contínuo e brutal assassinato e encarceramento de jovens negros.

Talvez seja necessário olhar mais para o Mercado Público de Porto Alegre. Pode estar ali uma pequena amostra da diversidade de cores – *e valores* – de uma cidade nada homogênea, da diversidade de crenças religiosas perpassadas pela encruzilhada que simboliza o assentamento do Bará [3]. O Mercado é um lugar que resiste, renasce a cada incêndio[3] e se mantém vivo, pulsante, como nós negras e negros desse *pago*[4] que no imaginário nos repele, e que no vivido tem de nos ver dia a dia, mesmo que teime em nos deslocar dos espaços outrora nossos, e nos atribua valores e ações muitas vezes brutais. Seguimos pleiteando os significados das palavras docemente cantadas por Giba Giba, alguém que, assim como eu, veio de Pelotas e encontrou aqui o seu canto no mundo. Finalizo então um fragmento da canção "Lugarejo", do já ancestral Wanderlei Falkenberg, sobre Porto Alegre: "Uma cidade, um país, lugarejo. Uma igualdade, um sossego e um beijo".

[1] Esta analogia é livremente inspirada em FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

[2] Referencio a construção teórica preconizada pelo historiador Sidney Chalhoub ao se deter ao cotidiano do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX em *Visões da Liberdade*: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

[3] Analogia explícita a letra de *Cores & Valores* de Racionais Mcs.

■

Fernanda Oliveira é ativista social, graduada em História pela UFPel, Mestre em História pela PUCRS e doutoranda em História pela UFRGS.

Todas as fotos foram retiradas do livro *Negro em Preto e Branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre* com organização de Irene Santos, 2005.

Leitor do Tição (1977-1980) – marco da imprensa negra de Porto Alegre, foi publicado em forma de jornal (um número) e revista (dois números) que abordavam o debate sobre o racismo as questões históricas, políticas e sociais do movimento negro.

3 O Mercado Público de Porto Alegre foi inaugurado em 1869 e desde então passou por quatro incêndios de grandes proporções, nos anos de 1912, 1976, 1979 e 2013.
4 [Nota da editora] Pago é uma expressão gaúcha para se referir à terra natal.

novembro — fevereiro
Ano LXIX Nossa Voz nº 1016

RESISTÊNCIAS

Clube de Cultura: desafios de um mundo em transformação

Conversa com Airan Mililitsky Aguiar e Hans Baumann

Por Fábio Prikladnicki

Ensaio Visual Romy Pocztaruk

Desde sua criação, em 30 de maio de 1950, o Clube de Cultura é um dos espaços mais simbólicos de Porto Alegre. Lá estreou, em 1966, o primeiro espetáculo com textos do dramaturgo Qorpo-Santo, cem anos depois de terem sido escritos. Lá palestrou, no ano seguinte, o poeta Vinicius de Moraes. E os exemplos seguem. Sem deixar de se identificar com a esquerda, o Clube interroga hoje sua identidade frente a um mundo em transformação.

A instituição foi fundada por um grupo de judeus progressistas, entre eles, Henrique Scliar, tio do escritor Moacyr Scliar, que por sua vez se inspirou nele para criar o personagem Capitão Birobidjan, do romance *O Exército de um Homem Só* (1973). Henrique também dá nome ao auditório, principal espaço do Clube, atualmente fechado por problemas estruturais. Reformá-lo é um dos desafios, como relatam, na entrevista a seguir, Hans Baumann, 87, presidente do conselho, e Airan Mililitsky Aguiar, 34, presidente do Clube. Parceiros de gerações diferentes, eles comentam sobre as dificuldades em atrair voluntários para posições estratégicas, projetam a necessidade de responder a novas bandeiras da esquerda e celebram a aproximação de jovens de cerca de 20 anos de idade, uma faixa etária que há tempos estava distante.

Desde o período da ditadura militar, quando diversos sócios se afastaram com medo da repressão, a instituição busca responder às novas realidades e contextos, cenário que tem evoluído nos últimos anos, com a realização sistemática de palestras sobre temas atuais e outras atividades, atraindo um público majoritariamente universitário. Mas a vontade é fazer ainda mais. Reinventar-se é a palavra de ordem.

Fábio Prikladnicki O Clube de Cultura tem 65 anos de história. Como vocês avaliam sua presença hoje e como projetam os próximos anos?
Airan Mililitsky Aguiar Quando comecei, em 2002, trabalhava no Clube apenas o Baumann. Naquela época, tinha poucas atividades. Fazíamos dois grandes seminários por ano com uma temática abrangente: mulheres na história, Segunda Guerra Mundial etc. Depois, começamos a diversificar: saraus, atividades musicais, apresentações de teatro, esquetes. Neste processo, que foi bastante longo, várias pessoas começaram a se aproximar. Hoje, tem um grupo de pessoas que conseguem trazer nova energia. O Clube vem crescendo nos últimos quatro ou cinco anos e temos vontade de expandir ainda mais. A dificuldade é a falta de pessoas em áreas específicas: teatro, literatura, filosofia, música. Pessoas que possam se agregar e fazer algum tipo de projeto. Nos últimos anos, o Clube tem tido mais visibilidade do que tinha entre 2001 a 2004.

FP Por que houve um momento de diminuição das atividades?
Hans Baumann Foi devido à nossa resistência à ditadura, que terminou em 1985. Ficamos 21 anos sob ditadura. Foi uma luta para deixar esse clube funcionando. Atraímos diversos setores artísticos que acharam guarida aqui, mas tínhamos que ter cuidado com a censura. A polícia veio três vezes, querendo fechar o Clube. Um mês antes de explodir o golpe militar, pegamos todas as atas desde a fundação e as modificamos, tiramos tudo o que pudesse ser chamado de "subversivo". Quando um oficial chegou, a primeira coisa que pediu foram as atas. O cara folheou e disse: "Me falaram que esse era um clube de comunistas. Então mentiram pra mim?" Depois, vieram mais duas vezes. Seguimos funcionando.

FP Como foi depois do fim da ditadura?
HB Foi pior do que na época da ditadura. O pessoal que tinha abandonado não voltou. Do pessoal mais antigo da diretoria, alguns faleceram e outros ficaram com medo, foram para outras realizações. Conforme a ditadura ia baixando, íamos recrudescendo, mas, quando terminou e nos vimos obrigados a funcionar de novo, a história foi bem diferente. Antes, éramos quase 300 sócios, entre conselheiros e diretores. Eles abandonaram o Clube. Uns nem andavam mais na mesma calçada. Pediram para rasgarmos suas fichas.

FP Hoje o Clube tem quantos sócios?
AMA Formalmente, cem.

FP Falando de agora em diante, quais são os desafios?
AMA Temos um problema financeiro que é concreto. A doação dos sócios é muito baixa. Se contássemos só com essa arrecadação, não sobreviveríamos. Dependemos do aluguel do espaço para sobreviver. Alugamos o espaço, cedemos graciosamente, mas não conseguimos organizar as pessoas no Clube. No entanto, algumas estão se aproximando. Isso é positivo, está dando certo alento, mas é muito difícil. A questão financeira é complicada, há problemas de infraestrutura, principalmente no auditório, que está em péssimo estado. Seria nosso principal espaço para atividades, mas está fechado há três anos. Precisamos viabilizar essa reforma. O auditório é chamariz para mais atividades. Por enquanto, não temos condições de fazer uma reforma suficientemente qualificada para reabri-lo nos moldes de um auditório moderno. Estamos fazendo esforços para possibilitar essa reforma, inclusive do ponto de vista de projetos culturais, leis de incentivo. Seria um salto de qualidade enorme.

FP Como está o projeto da reforma do auditório?
HB Já existe um projeto do [arquiteto] Cesar Dorfman, que até pode ser modificado. Por enquanto, estamos fazendo um troço provisório [as atividades são realizadas no espaço onde funciona o restaurante terceirizado]. As atividades que fizemos neste ano tiveram de 70 a 80 pessoas. Progredimos bastante. Estamos fazendo duas palestras político-culturais por mês.

FB Como vocês veem a inserção do Clube na sociedade brasileira, que está vivendo uma onda conservadora?
AMA Desde sua constituição, o Clube se colocou dentro da perspectiva de esquerda. Durante todo esse período, de certa forma, fez um enfrentamento ao pensamento conservador, ao pensamento reacionário. Nos últimos anos, realizamos inúmeras palestras e cursos que tinham viés de enfrentamento a essa onda conservadora. Nosso papel, enquanto espaço de difusão e produção cultural, é tentar construir a contra-hegemonia.
HB Teve um grupo que realizou um sarau aqui, convidaram o compositor e músico Cláudio Levitan para cantar. Mostrou que existem alguns jovens judeus mais politizados, a favor da criação da Palestina. Queremos fazer uma sala de leitura nos fundos. Queremos organizar uma biblioteca e franquear o acesso ao púbico infanto-juvenil, adolescente e adulto.

RESISTÊNCIAS

Quermesse do Departamento Feminino realizada para levantar fundos para a biblioteca. Clube de Cultura, junho de 1958. Acervo: Clube de Cultura

FP Os integrantes da diretoria e do conselho são voluntários?
AMA São voluntários, sócios. Ninguém é remunerado.
HB Funciona como um parlamento. Elege-se o conselho, a diretoria do conselho, da qual sou atualmente o presidente, e aí se escolhe a diretoria. Agora, não vai pensar que isso funciona como manda o figurino. Não é como a Sogipa [clube de esportes e lazer de Porto Alegre] ou outro tipo de clube que funciona com menos cultura e mais lazer. Temos que ter paciência.

FP Há uma ideia de buscar financiamento em editais dos governos ou na iniciativa privada para os projetos?
AMA Vou explicar essa questão. Tínhamos um problema de cartório e na Receita Federal. Em qualquer tipo de edital, a primeira fase é a verificação de documentos. Não passaríamos. Mas, no momento atual, estamos com tudo em dia. Só que não temos interesse em nos inscrever nos editais que abriram, por enquanto. Estamos esperando por aqueles que sejam do nosso interesse. Pelo mesmo motivo, não podíamos nos inscrever nas leis de incentivo à cultura pra realizar reformas, benfeitorias. Agora, todas essas questões cartoriais e fiscais estão resolvidas ou muito bem encaminhadas. O CNPJ é ativo, já poderíamos concorrer nos editais. Seria muito importante que se somasse ao Clube alguém vinculado à produção cultural. Já tem uma pessoa interessada em fazer esse serviço.

FP O orçamento do Clube de Cultura vem da contribuição dos sócios?
AMA Uma parte pequeníssima é contribuição dos sócios, outra parte são doações. Volta e meia recorremos a pessoas-chave para fazer doações, mas a principal fonte de receita é o restaurante. Essa dependência é muito ruim.

FP O restaurante é terceirizado?
AMA O restaurante é alugado. Eles têm a cessão do espaço da cozinha, que é exclusiva deles. Se o Clube necessitar do espaço e do serviço do restaurante, pode demandar.

FP Como é a relação do Clube de Cultura com o bairro Bom Fim?
Nas últimas décadas, as famílias judias se espalharam por outros bairros, mas o Bom Fim ainda conserva sinagogas e outras instituições da comunidade. Como o Clube pretende se relacionar com esse bairro em transformação?
HB A velha guarda, acima dos 50 anos, não olha para o Clube com bons olhos, principalmente os judeus. A direita se fortaleceu muito, mas alguns filhos deles cursam universidades e começam a se politizar [aproximando-se do Clube].

AMA O Clube tem mais inserção no mundo acadêmico do que na vida cotidiana do bairro. As atividades, principalmente as palestras, têm um público da universidade e dos cursinhos preparatórios para o vestibular. Grande parte da população do bairro desconhece o Clube, tenho essa intuição. Não fazemos um trabalho de divulgação no bairro, o que vejo como um erro. Apesar disso, as atividades que promovemos têm público. É normal fazermos uma atividade como a da Segunda Guerra Mundial e ter 70, 80 pessoas. É um bom público, pensando que muitas vezes uma atividade igual na universidade não enche uma turma. Mas deveríamos ter um trabalho mais focado no bairro. Seria uma boa perspectiva para o futuro reinseri-lo na vida cotidiana do Bom Fim. Isso já ocorre por meio do restaurante Midbar, que funciona no Clube e tem uma boa demanda. O pessoal vem bastante ao Midbar – a comunidade judaica vem aos sábados, quando tem bufê. Então, o restaurante tem inserção no bairro, mas as atividades doClube nem tanto.

FP Vocês são de gerações bem diferentes. Baumann tem 87 anos (vai completar 88 em 22 de dezembro) e Airan tem 34. Há um hiato de uma geração entre vocês...
HB (*interrompendo*) Essa geração faz falta.
AMA A do meio. Mas eu e o Baumann temos uma boa relação. Brigamos bastante, mas nos respeitamos, trabalhamos em conjunto, e as coisas funcionam.

FP Esse grupo de jovens, na faixa dos 20 anos, que está interessado no judaísmo progressista, é uma novidade no Rio Grande do Sul. Agora, eles estão se organizando no chamado Coletivo Buber, que realizou um sarau no Clube de Cultura. Fazia tempo que vocês não viam isso?
HB Há tempos que esse público não vinha.
AMA Esse grupo defende uma aproximação com os palestinos e a independência do Estado palestino. Acolhi o grupo, e algumas pessoas do Clube somaram-se ao Coletivo Buber, que está se organizando, mostrou-se ao público no sarau do último domingo [18/10], e já incentivei a organização, em conjunto com o Clube, de um evento sobre a partilha da Palestina, junto aos palestinos.

FP Como o Clube está organizado em matéria de gestão?
HB Temos um conselho de 19 pessoas. Facilita para tirar elementos que não querem fazer nada.
AMA O Clube tem certa estrutura. Tem uma diretoria com seis membros e um conselho com 19. Está avançando, organizacionalmente. Temos a expectativa de que os jovens que vêm procurando o Clube somem-se à estrutura para impulsionar ainda mais as atividades. Há uma expectativa grande, mas as pessoas se aproximam, ficam em dúvida, ajudam em uma coisa, recuam, depois ajudam de novo. Demora um tempo até que isso fique orgânico.

novembro — fevereiro
Ano LXIX Nossa Voz nº 1016

RESISTÊNCIAS

FP Que diferenças aparecem entre vocês?
AMA É a diferença entre a experiência e a vontade. Ele tem experiência, consegue discernir: "Olha, isso não vai dar certo." Tem o acúmulo da experiência de tudo que ele fez e da idade que tem. Eu tenho mais vontade, só que aprendi com ele a ser um pouco conservador em algumas coisas, no sentido positivo. Não podemos topar tudo o que propõem no Clube, porque muitas vezes vai dar errado. Esse senso de responsabilidade eu aprendi com ele.
HB É a mesma coisa entre o filho e o pai. O filho não quer depender dos conceitos do pai, por melhor que seja, e por mais que o filho o respeite.
AMA Outra diferença é que o Baumann é a experiência incorporada, é a pessoa que personifica o Clube. Perguntar sobre o Clube, muitas vezes, é perguntar sobre o Baumann. É a figura pública. Se tu queres saber a história do Clube, a melhor coisa a fazer é conversar com ele.

FP Como está a relação do clube com as entidades da comunidade judaica?
AMA Não temos relações com todas as instituições. Temos uma boa aproximação com a Hebraica-RS [clube], e já realizamos uma atividade em conjunto que foi um sucesso. Foi um ato sobre o levante do Gueto de Varsóvia, em 2013. Era o Clube de Cultura, o Centro Israelita [sinagoga], a Hebraica-RS [clube], Chazit e Dror [movimentos juvenis] na mesma atividade. Estabelecemos uma comunicação, e o Clube teve certa visibilidade dentro da comunidade enquanto Clube, e não como restaurante. Essa aproximação do Coletivo Buber vem na esteira disso. Podemos, a médio prazo, nos reinserir na comunidade. Noto que existe uma aproximação do sionismo com as posições históricas do Clube, principalmente a bandeira dos dois povos e dois Estados, que boa parte do sionismo adotou.
HB Mas não é nossa finalidade. Temos que ser um clube de Porto Alegre. Quando eu era jovem, a nova geração discutia com os mais velhos sobre transformar esse clube judaico em um clube de Porto Alegre. No fim, pegou. Hoje, assim como se aproximam filhos de judeus e acadêmicos, têm que se aproximar também gente de meia-idade. E gente de meia-idade que seja judia é bastante difícil [pela falta de identificação ideológica]. É mais fácil pegar um não judeu.
AMA Das pessoas da nova geração do Clube, o mais velho tem 35 anos. Aí tem um intervalo enorme, e a pessoa mais jovem entre os velhos deve ter uns 54. Então, tem um vácuo de 20 anos sem pessoas trabalhando. Depois, tem pessoas de mais idade, com 70, 80 anos.

HB Não se encontra ninguém da minha idade para trabalhar, pois tem que andar a pé etc. A internet não é tudo, tem que fazer relações públicas por meio de cartazes. Não pode [apenas] mandar e-mail para um cursinho, pois eles nem leem. Tem que ir lá conversar. Distribuo 250 [cartazes] em cada ato. Todas as bibliotecas do centro são visitadas.

FP Como é a divulgação das atividades do Clube na imprensa?
HB Nossa relação com a imprensa é muito difícil porque, em primeiro lugar, o Clube ainda é conhecido como comunista, o que nunca foi. Houve comunistas aqui dentro que o fundaram e o levaram para frente, mas não era a maioria. Era a terça parte. Em segundo lugar, os jornais viraram órgãos comerciais.
AMA Discordo um pouco. É que não temos uma boa assessoria de imprensa. Se tivéssemos, tudo seria diferente. Quem faz assessoria é o Baumann, que vai nas redações e entrega os releases, conversa com os responsáveis. Eu mando por e-mail os releases para alguns jornalistas, e alguma coisa é publicada. E tem o Facebook. Agora, não temos consolidado no Clube uma pessoa responsável por fazer isso bem feito. Assim, temos um prejuízo grande de inserção na mídia de Porto Alegre, que daria pra ser sanado com uma pessoa qualificada.
HB Nossa comunicação é falha. Não se vê um fotógrafo profissional tirando fotos das realizações.

FP A falta de pessoas em posições estratégicas poderia ser sanada com orçamento para contratá-las?
AMA Durante um tempo, contratamos uma assessora de imprensa, e funcionava relativamente bem. Saíam, às vezes, notas interessantes na mídia, algumas coisas no Facebook. Deixamos de fazer esse serviço.

FP O Clube tem interesse em estabelecer uma rede com outras instituições progressistas, judaicas ou não?
AMA Montei contato com o pessoal do ICUF [Idisher Cultur Farband, a Federação das Entidades Culturais Judaicas], da Argentina, e com a Zhitlovsky [Associação Cultural Israelita Dr. Jaime Zhitlovsky ou ACIZ], de Montevidéu. Mantenho agora um contato mais efetivo com a Casa do Povo, em São Paulo. Tenho uma boa relação com a ASA [Associação Scholem Aleichem], do Rio de Janeiro, mantenho correspondência e recebo os boletins informativos.

Plateia em ato público comemorativo ao Levante do Gueto de Varsóvia no Auditório Henrique Scliar, Clube de Cultura, aprox. 1959. Acervo: Clube de Cultura

FP Quais tipos de experiências podem ocorrer nessa troca?
HB Uns fazem algumas coisas que os outros nem pensam em fazer. Temos que aprender, não somos perfeitos.

FP Quando se fala em progressismo hoje, fala-se em bandeiras que se fortaleceram especialmente depois de 1968, como o feminismo, a questão pós-colonial, de raça, ambiental. Vocês veem o Clube dialogando com estas causas?
AMA Sobre as questões coloniais e o feminismo, o Clube já promoveu vários debates. Agora, do ponto de vista orgânico, isso não está representado dentro da estrutura, não existe uma representação dessas bandeiras de luta dentro da sua composição, do conselho, da diretoria, dos sócios. Desde os anos 1950 há essa crítica. Na inauguração da [atual] sede, em 1958, teve registro de uma crítica feita pelas dirigentes da ACIZ [Associação Cultural Israelita Dr. Jaime Zhitlovsky, de Montevidéu], que estiveram aqui, sobre a inexistência de trabalho feminino no Clube de Cultura. De fato, existe uma dificuldade em acolher esse tipo de demanda do ponto de vista orgânico – ter mulheres participando, debatendo, promovendo atividades.
HB Isso acontecia mais antigamente. Na época da fundação, nos anos do golpe militar e logo depois havia mais apoio de mulheres.
AMA Dentre os 19 conselheiros, só há uma mulher. Não há negros nem pessoas de outras etnias.

FP E na diretoria?
AMA Só uma mulher, é a mesma. Então, é um problema histórico. A participação feminina sempre foi muito subalterna. Temos que mudar isso. A minha companheira cobra muito isso.
HB Isso tem que acontecer, temos que atrair mulheres para cá.
AMA Desde que entrei no Clube, em 2002, só teve um negro participando, que foi vice-presidente e logo depois se afastou.

FP O Clube tem hoje uma visão sobre o sionismo?
AMA É um clube laico por definição, em todos os sentidos.
HB É laico e suprapartidário.
AMA Acolhemos agora um rapaz do cinema que é sionista. Fizemos questão de colocá-lo no conselho porque é uma pessoa do cinema. Não existe uma restrição do tipo "Tu és sionista, então não podes participar". O Clube é laico. E de esquerda. Tem esse posicionamento político no espectro da esquerda.

Fábio Prikladnicki é jornalista. Vive e trabalha em Porto Alegre.

Airan Milititsky Aguiar é historiador, cientista social e presidente do Clube de Cultura. Vive e trabalha em Porto Alegre.

Hans Baumann é ativista cultural e presidente do Conselho Deliberativo do Clube de Cultura. Vive e trabalha em Porto Alegre.

Romy Pocztaruk é artista visual, trabalha com fotografia, vídeo e instalações. Vive e trabalha em Porto Alegre.

ERRÂNCIAS

Minha Longa Milonga: canções para Keidânia

Por Cláudio Levitan

Minha Longa Milonga (2000) é um álbum com composições de Cláudio Levitan. Com a proposta de traduzir a memória da imigração de sua família ao Brasil, precisamente, às Colônias do Barão Hirsch no sul do Rio Grande do Sul, costuradas à história da Segunda Guerra Mundial, Levitan mistura os arranjos da música klezmer e da tradicional milonga gaúcha. No texto que segue, o compositor narra a história desse trajeto de Keidânia até o Rio Grande do Sul, entrecortado por trechos de suas canções, memórias e divagações.

O álbum *Minha Longa Milonga* (2000) trata do massacre de 2.000 judeus da cidade de Keidânia, na Lituânia, onde nasceu meu pai e de onde saiu, aos 10 anos de idade, com seus irmãos e família, em abril de 1927, para viver no Brasil.

Os familiares e amigos que ficaram lá foram mortos em 1941 pelos nazistas. Dessa noite de terror, sobreviveram só dois judeus lituanos que contaram o que aconteceu.

Neste álbum, foram reunidas doze canções que possuem uma relação de continuidade entre si. Foram divididas em quatro movimentos formados por três canções cada um e introduzidos por textos que, à maneira das payadas gaudérias[1], são poemas sobre milongas. Busquei uma unidade na estrutura do conjunto das canções, partindo da característica narrativa das milongas para contar a história em quatro partes, usando a teatralidade do "payador", que declama um poema enquanto uma melodia é dedilhada pelo violão. Assim, a cada "payada", desvenda-se uma parte significativa do enredo da saga. A história é contada como num monólogo tripartido, em que falam alternadamente meu tio Abraham, o primo dele, Schlomo, e um narrador-poeta.

A música, território universal dos sentidos, remete ao passado e à possibilidade do futuro. A nostalgia das canções populares da Europa Central, das canções judaicas (klezmer), da milonga e de outros ritmos rio-grandenses e latino-americanos são referências musicais deste projeto, que buscou eliminar as fronteiras do espaço e do tempo num depoimento de denúncia e experimentação.

(...)

Tantas vidas antes da minha e eu
aqui nesta agonia

amigos, parentes, desconhecidos
que ficaram na fotografia.

Porque morreram? Tão longe, tragicamente em outra estação

E agora caminham, sorriem e choram nas cordas do meu violão.

trecho de *Passos sobre a mesa*

Keidânia

Situada no centro da Lituânia, às margens do Rio Nevezis, Keidânia (em lituano *Keidainiai*) é um pequeno centro regional.

Foi palco de enfrentamentos, do século XVI ao início do século XVII, entre reformistas e católicos. O período de prosperidade terminou no século XVIII com os ataques dos suecos. Embora muitas partes da cidade tenham sido destruídas durante os ataques e guerras, é uma das poucas localidades lituanas que ainda preserva muito da velha cidade como um monumento urbano.

O antigo bairro judaico ainda se mantém conservado quase como era quando meu pai deixou sua cidade natal.

Keidânia não era apenas mais um *shtetl* (vilarejo judaico) lituano; tinha uma importante yeshiva[2] e foi uma das referências no universo judaico da época.

A música klezmer

A música klezmer nasceu nos vilarejos judaicos do centro-leste europeu como a expressão de uma vida marcada pelo contraste de tragédia e esperança. Klezmer deriva do hebraico *kley-zemer*, raiz da música ou instrumentos musicais ou, simplesmente, músicos. É a música folk dos judeus do Leste Europeu, tocada em casamentos e em outras comemorações familiares ou comunitárias.

Os instrumentos da música klezmer são basicamente os mesmos nos últimos 150 anos. No século XIX, o instrumento favorito dos judeus do Leste Europeu era o *tsimbl* ou *dulcimer* com arco, normalmente acompanhado de violino e flauta. No fim daquele século, o violino passou a ser o instrumento base das bandas, que também incluíam cello ou contrabaixo, flauta, clarinete, trompete ou corneta, trombone, metais baixos, bumbo com cymbal e tamborim. Mais tarde, violinos e violas foram substituídos por piano e acordeon. No século XX, o clarinete tomou lugar principal na música iídiche instrumental.

As melodias da música klezmer são semelhantes às das músicas iídiche e hassid. A forma e a variabilidade dos vocais é muito ampla, a formação da música (esqueleto) é essencialmente instrumental e as escalas usadas são comuns na música judaica. A mesma música podia ser dançada e servir também para rezar.

Quatro irmãos, as bandas musicais nas colônias no Rio Grande do Sul

A minha família veio ao Brasil através da *Jewish Colonization Association* (JCA ou ICA), uma organização fundada pelo Barão Maurice de Hirsch (1831-1896), no começo do século XX, um alemão de origem judaica que criou colônias agrícolas na Argentina e no Rio Grande do Sul visando proteger os judeus das perseguições que sofriam por motivos religiosos ou raciais, estabelecendo-os em países onde pudessem viver como cidadãos livres.

Em 1927 foram criados mais dois núcleos coloniais na antiga fazenda Quatro Irmãos: Baronesa Clara e Barão de Hirsch. Para o primeiro núcleo, Colônia Chalet, chegaram 36 famílias de colonos oriundos da Lituânia e da Polônia e foram divididos em duas sedes comunitárias, uma perto de Quatro Irmãos e outra próxima a Erebango. Foi com esse grupo que a minha família veio.

No início, os casamentos e bailes eram realizados com gaiteiro e à luz de lampião. Em 1930, Natan Cohen, músico da Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo e da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, quando soube das colônias judaicas no interior, dirigiu-se à Baronesa Clara, ficando hospedado na casa da família Bernstein. Reuniu os jovens do clube Macabi, planejou e fundou uma orquestra que chegou a ter cerca de 20 músicos. Cada jovem escolhia o seu instrumento preferido, que era fornecido pela ICA. Em apenas três anos, a orquestra ganhou corpo e já participava de todas as festividades com muito brilho.

Em Quatro Irmãos também havia uma orquestra, e eram frequentes as apresentações conjuntas, com declamação de poemas e apresentações do grupo teatral.

Quase todos os sábados havia bailes, que eram animados por um conjunto constituído pelos colonos. Tocavam cher, valsas, polcas e mazurcas. Dos músicos lembro de Blochtein e dos Irmãos Levitan.
Samuel Chwartzman, em depoimento a Moysés Eizirik

Reunidos por uma noite
pra tocar bandaleira

tocar bandolim e violino
a noite inteira

Não dá pra adivinhar
não se pode saber

onde vamos estar
na hora do amanhecer

quando o dia clarear
o que vai acontecer

com as voltas que o mundo dá onde estará você?

(...)

trecho de *Reunidos por uma noite*

Antiga estação de trem da Keidânia, destruída na Segunda Guerra Mundial, s.d.

novembro — fevereiro
Ano LXIX
Nossa Voz
nº 1016

ERRÂNCIAS

A destruição de Keidânia

Com a explosão da guerra russo-alemã, grupos de nazistas e *hooligans* lituanos receberam seus grandes mestres numa marcha que abrangeu toda a fronteira da Alemanha com a Lituânia. Médicos, químicos, professores, oficiais do governo e jovens estudantes renderam-se ao discurso fascista de seus líderes Povylius e Markunas que, juntamente com outros pequenos líderes, tiveram participação ativa no saque e assassinato de judeus lituanos.

Quando os nazistas entraram em Keidânia, a atmosfera mudou do dia para a noite. Os judeus foram obrigados a usar uma faixa amarela para identificá-los, proibidos de andar nas calçadas e de falar com lituanos.

Na primeira ação organizada, foram mortos cerca de 100 judeus.

Em 23 de julho, 200 judeus foram levados em seis caminhões com o pretexto de irem para os laboratórios alemães.

Logo depois, o prefeito de Keidânia, Povylius, informou que todos os judeus tinham 24 horas para deixar suas casas e se dirigirem à Rua Smilga, onde ficava a maior sinagoga de Keidânia. Em treze dias, todos os judeus foram recolhidos. Mulheres, crianças, adultos e idosos agora dividiam um estábulo hiperlotado. Com exceção de café, não tinham comida alguma.

Quando os judeus foram levados ao pátio da sinagoga, Benzy Bierger fugiu pelo riacho Smilga. Escondido, testemunhou o massacre, sobreviveu ao nazismo e vive na Keidânia atual.

Na terça-feira, 28 de agosto de 1941, cerca de 200 lituanos chegaram em Zhirgynas.

Os judeus mais fortes foram levados em grupos de 60 para o cemitério católico na rodovia Datnua, perto do campo de Smilga. Lá havia uma enorme cova à beira da qual os judeus eram posicionados e, depois, fuzilados. Aqueles que não morriam eram enterrados vivos. Lituanos de Keidânia relataram mais tarde que "depois que as covas estavam cobertas por terra, ela pulsava e o sangue vinha à tona. Eles usaram rolos compressores para prensar a terra e acabar com qualquer vestígio de vida que ali pudesse existir".

De 4.000 mártires das três congregações de Keidânia, Shat e Zheim, os três únicos sobreviventes foram Chaim Ronder, Shmuel Smolsky e Benzy Bierger.

(...)

uma canção acontece com
essas almas juntas

e deve ser dita com as
palavras mudas

sob a sombra maldita da morte
guardada em gavetas fundas

Silêncio, silêncio, silêncio

trecho de *Silêncio*

Jovens judeus da Keidânia e arredores. Aprox. 1933

A milonga

O nascimento da milonga, segundo o folclorista uruguaio Lauro Ayestaran em seu livro *El Folklore Musical Uruguayo* (1967), ocorreu em 1870, não só na música da República Oriental do Uruguai, mas também na do Rio Grande do Sul, como partícipe da formação étnica do pampa sul americano.

A milonga havia emigrado da cidade para os acampamentos da Cisplatina e era executada de três maneiras e com diferentes finalidades: para acompanhar as danças de pares independentes e enlaçados; para acompanhar payadas e contrapontos (desafios); e como canção campeira que era apresentada em quartetos ou sextilhas ou mesmo em oitavas e décimas.

O músico argentino Atahulpa Yupanqui ensina, com as suas milongas, como os sentimentos fluem da alma. Das palavras, surge a melodia e, desta, novamente as palavras numa interação suave, assim como das longas imagens dos pampas surge a música nos assobios do vento. Esta forma indígena de fazer soar as cordas do violão, com o ritmo no seu interior, como um grande suspiro, faz com que brotem nas palavras desse povo sofrido a memória do holocausto guarani. Choro e extermínios semelhantes. Sobrevivências culturais redentoras. A melancolia dos pampas e a sonoridade Klezmer se unem em meu violão numa mesma música que viaja pelos mares, pelo vento, pelo tempo.

A fusão que fiz entre a milonga e outros ritmos rio-grandenses e latino-americanos com a música klezmer e da Europa Central foi intuitiva, no fluir da composição. Não foi através de recursos teóricos planejados – mas numa mistura intencional desses universos musicais que estavam em mim, que eram vivenciados por mim, mas não se comunicavam.

Que as canções do povo e a sua memória escrevam nos caules das árvores centenárias, tanto das florestas de Keidânia como nas figueiras dos pampas, o repúdio ao extermínio de homens e mulheres.

Milonga das últimas cartas

A última parte da história de
Keidânia são dois poemas
dos dois únicos sobreviventes
daquele massacre.

Foi neste momento
que eu entendi a tristeza do
meu tio
a dor de ter sobrevivido àquele
assassinato
sem ter podido fazer nada.

Inspirado num velho cartão postal,
em que aparecem meu tio e seu
primo e grande amigo
com quem trocou correspondência
durante seus primeiros anos de
Brasil,

Eu fiz as duas próximas canções
imaginando a despedida que eles
não tiveram

(A arte tem este tipo de liberdade
para corrigir os erros da
História)

A primeira, chamada *A carta não
escrita*
seria a carta de adeus de meu tio.

E a outra, que chamei de *A
resposta não virá*
seria a resposta do primo na hora
de sua morte.

A carta não escrita

(de meu tio para seu primo de Keidânia, morto pelos nazi/fascistas)

Tu te lembrarás sempre desse
abraço
como o carinho e o aconchego
final.
Foste feliz por ter tido amigos
e uma mulher flor de muitos
frutos...
Entendo agora tua aflição pelo fim
que não tem fim pela falta do
luto!
Às vezes meu coração dispara, é
um carro sem freios,
e a brincadeira com a vida acaba a
qualquer momento.
O fim é só um instante que resume
todos os segredos.
Um só poema pode dar sentido à
minha vida!
Não será mais que um sentido,
tantos outros ficarão no vento,
no tempo, na dimensão de outro
espaço
que a vida guarda em si como seu
significado.
Escrever assim, sem ilusão de que
esta carta chegue a ti
até porque não estarás e mesmo
assim estarás em mim.

A resposta não virá

(a carta que o primo de meu tio
Abraham teria escrito no exato
momento de sua morte)

Hoje estarei diante de D'us
neste momento estou morrendo
perdendo a voz
meus olhos não veem
meus lábios murmuram a dor
meus braços buscam a luz
minhas pernas se perdem do chão
meu sangue quente se esfria.
Lágrimas, poucas, como um rio
incerto
indo ao deserto.
Minhas preces não se ouvem mais
meu filho se foi diante de mim
minha mulher se apagou no meu
coração
e eu escureço, escureço, escureço
como uma vela no fim do Shabat.

—

Hoje estarei diante de D'us
e perguntarei: Quem Tu és?
Por que me jogaste assim nos
braços da Morte?
como um nada, um lixo ao invés
Que pecados cometi? Que preces
não fiz?
Qual cegueira cobriu minhas
vistas?
Para que eu não visse essas bestas
se apoderando de mim
Sim, errei! Como errei!
Errei ao pensar que poderia
escolher um futuro para mim.

Neste momento em que eu morro
diante de todos, me lembro de ti
meu primo e amigo,
tão longe em outro país
outro lado do mundo
outra ponta do trem, outro Israel,
uma pampa abençoada enfim
que te salvou e também a mim
leve minha alma contigo
leve as lembranças dos nossos
planos também
do quanto nos divertimos
sonhando como meninos nas
florestas de Keidânia.
Sim, errei! Como errei!
Errei ao pensar que poderia
inventar um outro mundo para
mim
e eu escureço, escureço, escureço
como uma vela no fim do Shabat

—

Neste momento eu me pergunto
Porque tu vens no meu
pensamento?
talvez pela saudade dos velhos
tempos
talvez pela franqueza que me
abate neste instante
talvez pela vontade de te confessar
que eu sou um fraco querendo
viver
só mais um pouco, mais uma noite,
mais uma festa
na eterna idade dos loucos.
só mais um pouco, mais uma noite,
mais uma festa
junto com todos os outros

■

Cláudio Levitan nasceu em Porto Alegre, em 1951. É arquiteto, desenhista, escritor e compositor. Publicou livros infantis, histórias em quadrinhos e contos, além de ser autor de peças de teatro. *Minha Longa Milonga* é seu segundo álbum musical.

1 [Nota da editora] *Payada* ou *Pajada* é uma forma de poesia improvisada típica da região platina do conesul-americano. São constituídas de estrofes de dez versos e acompanhadas por um violão. "Nas letras das canções e *payadas* é frequente a ideia da integração latino-americana, de união entre os países irmãos. Para isso, é utilizado como referência o território dos Guaranis, reunindo partes de Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai." (OLIVEIRA, Silvio de; VERONA, Valdir. *Gêneros musicais campeiros no Rio Grande do Sul: ensaio dirigido ao violão*. Porto Alegre: ED. Nativismo, 2008.)
2 [Nota da editora] Instituição reservada ao estudo da Torá.

ERRÂNCIAS

O sertão está em quase toda parte

Por Luís Augusto Fischer

Ensaio visual
Michel Zózimo

Na capa, está um gaúcho – sim, visivelmente um gaúcho, de bombacha e chapéu de aba larga, manejando um laço que gira sobre sua cabeça para alcançar um cavalo. De costas, ele foi flagrado no meio de um movimento comum, corriqueiro para quem lida com o gado; embora apareçam pedaços de dois cavalos logo ali, diante do gaúcho laçador, é ele quem ocupa quase um terço da imagem, que tem por chão um pedaço de terra crua, sem nada de verde.

Poderia ser o sertão nordestino, como aquele que Graciliano Ramos eternizou na crueza de uma linguagem seca, cortante, "vinte palavras girando ao redor do sol, que as limpa do que não é faca", como disse dela outro nordestino, mas não sertanejo, o imenso poeta João Cabral de Melo Neto.

Mas o chão dessa fotografia poderia também ser um recorte da terra paulista, quem sabe na região de Sorocaba, tão acostumada a receber e ver partir cavalos, numa atividade secular que foi responsável por uma parte importante da integração do território brasileiro – para Sorocaba rumavam lotes de animais vindos do sul profundo, atravessando os três estados abaixo de São Paulo, assim como fornecedores dos implementos para o uso do cavalo, e de Sorocaba partiam grupos de animais em expedições comerciais que alcançavam Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e parte do nordeste interior.

Poderia ser algum canto de Minas e Goiás também. Poderia ser o chão paranaense, talvez do oeste de Santa Catarina. Poderia.

Mas ali está um gaúcho, pilchado para o serviço, com as bombachas que aprendeu a usar, depois de, em gerações anteriores, haver-se servido do chiripá, aquele pano enrolado quase como uma grande fralda, que, assim como a bombacha, permitia liberdade de movimento para o cavaleiro – a funcionalidade estava em jogo, claro.

Nada haveria a estranhar na presença desse tipo humano nesta capa, não fosse o dado que choca o olho do brasileiro letrado de hoje: trata-se da capa de um livro de Guimarães Rosa. Era mineiro, não gaúcho, o genial Rosa. O título do livro é estranho: *Diadorim*. Como se sabe, Rosa não publicou nenhum livro com tal nome, que é, no entanto, presente obsessivamente no romance talvez mais profundo e complexo jamais concebido em língua portuguesa – *Grande sertão: veredas*.

> **"O mundo do sertão – de norte a sul, de leste a oeste do território brasileiro – é, como já dissemos, um mundo oral, ágrafo, mas nem por isso menos povoado de imaginação e de história."**

Trata-se de uma edição francesa, cujo editor achou correto batizar o romance com o nome do fascinante e enigmático personagem Diadorim, companheiro de guerra do narrador-protagonista, Riobaldo. Os dois nos são apresentados em cenas intensas, em lutas e em deslocamentos, em cenas de desespero e de esperança, de dúvida existencial e de atração mútua, sempre no mundo das Gerais, o mundo do sertão que consta no título. O mesmo editor deve ter aprovado a capa com o gaúcho estampado para chamar a atenção vadia do potencial leitor.

Uma leitura fria desta capa poderá indicar que o editor se equivocou, pura e simplesmente. Além da troca do título, que mais atrapalha do que ajuda e dá uma pista ruim ao leitor, a edição confundiu sertão com pampa, embaralhou jagunços mineiros com laçadores gaúchos.

Mas não é a única interpretação possível. Vista a coisa toda a uma distância maior, o gaúcho que enfeita a capa do livro profundamente mineiro e sertanejo de Guimarães Rosa indica uma semelhança que no Brasil não aprendemos a ver. Semelhança profunda, que a superfície cotidiana encobre. Para enxergar o sentido dessa semelhança, que o presente artigo defende, precisamos recuar bastante, num *zoom out* de tempo e espaço.

Desde muito tempo, na escola e na generalidade das publicações que contam a história do Brasil, costumamos pensar que nosso país se formou basicamente a partir de uma combinação de latifúndio e monocultura (açúcar e café) apenas para exportação, tudo movido a mão de obra escrava trazida da África – conjunto de características que formam a *plantation*, que é o termo mais comum para designar o fenômeno. O Brasil teria sido formado assim, com essa estrutura – e temos sido levados a acreditar que isso explica quase tudo. Açúcar (precedido por um curto ciclo de extração de pau-brasil antes e sucedido por meio século de intensa extração de ouro e pedras preciosas), e depois café, eis aí a história do Brasil desde Cabral até o século XX.

Esse modelo explicativo tem algumas consequências, em geral invisíveis, que merecem ser trazidas à tona. Por exemplo: segundo essa descrição, o Brasil se reduz à sua faixa litorânea, com apenas uma entrada de média profundidade para a busca de ouro e pedras. Também conforme o modelo, praticamente não há mercado interno, na medida em que a produção era toda voltada para a exportação. Finalmente, havia basicamente duas classes, os escravos e os proprietários de escravos, com uma escassa faixa média de homens livres.

De fato, tal descrição nos permite uma vista panorâmica dos primeiros 450 anos da vida brasileira – mas apenas de uma parte do território, e um lado da coisa toda. Este mundo da *plantation* não é igual a Brasil, em nenhum momento. E ele não é nem mesmo o mais forte e mais rico ao longo de todo aquele tempo: houve momentos decisivos em que esse Brasil latifundiário, monocultor, exportador e escravista nem mesmo era o dominador em termos especificamente econômicos. Essa aparentemente insólita informação se refere às vésperas da Independência.

Quem o diz é um estudo bastante recente, revolucionário e, ao que tudo indica, até aqui incontestável. Resumindo e extraindo consequências lógicas de uma série de estudos recentes, com sólida base documental, o escritor e jornalista Jorge Caldeira tem dado a público uma interpretação da história nacional que demonstra que o mundo brasileiro externo à *plantation* conheceu momentos em que produzia riqueza superior à da economia litorânea exportadora.[1] Que mundo era este, externo à *plantation*? Ele existia mesmo? Como se organizava?

Para começar, vamos chamá-lo de sertão. O termo se presta a muita confusão, por exemplo, se o restringirmos ao interior seco e bruto do Nordeste. Sem origem clara (há quem o associe a "desertão", há quem o associe a "serra", mas trata-se apenas de especulações), sertão é a terra desconhecida, ou a terra longe do mar, ou o mundo interior, o coração do território, os rios, o mato, a floresta. Em se tratando da antiga colônia portuguesa na América, que veio a ser o Brasil, é terra que não termina mais, ou que só termina agora, no século XXI, quando estão sendo derrubadas as últimas fronteiras agrícolas do território, incluindo, para desespero de todos nós, a Floresta Amazônica, o Pantanal e outros espaços.

Sertão, então: aquele mundo que, em termos brasileiros, compreende ao menos parte da Amazônia, o Nordeste interior (é só calcular uma faixa de uns 100 ou 200 quilômetros, a contar da costa litorânea, e eis o sertão), todo o Centro-Oeste, assim como boa parte dos estados do Sudeste e os do Sul. É bem mais do que meio território brasileiro. Como funcionava a vida aí? Como veio se desenvolvendo?

Terra dos índios, como era também o litoral, quando da chegada do colonizador, o sertão manteve por muito mais tempo a possibilidade de vida para estes povos, que constantemente puderam encontrar espaços virgens para sobreviver. Terra de contato, confronto, negociação e luta entre os ditos bandeirantes e os índios foi sendo povoada e integrada a redes de produção e comércio, nem sempre monetarizado. Terra de variadas formas de mestiçagem, com sertanejos nordestinos, caipiras paulistas e goianos, e gaúchos sulinos.

Isso não significa que tenham eles estado livres das pressões ou que a vida tenha sido um paraíso, é claro. Mas é verdade que se trata de outro mundo, bem diferente do que temos no litoral, sob domínio da *plantation*. No sertão, havia também escravidão de africanos ou afrobrasileiros, mas não se tratava, nem de longe, da única forma social de relação de trabalho. A escravidão, tal como acontecia na grande empresa produtora e exportadora do litoral, era minoritária no espaço do sertão. No sertão, a renda era menor, a produção era mais espalhada pelo território. Era em grande medida um mundo a cavalo, com muitas pequenas vilas e poucas cidades grandes; os contratos eram a fio de bigode, mesmo porque se tratava de um mundo de escassíssimas letras; era um mundo de tradição oral, sem escrita nem lei impessoal representada por um estado organizado.

1 Ver em especial duas publicações: *História do Brasil com empreendedores* (São Paulo: Mameluco, 2009) e o capítulo "O processo econômico", no volume I da *História do Brasil Nação: 1808 – 2010*, sob direção geral de Lilia Moritz Schwarcz e direção do volume de Alberto da Costa e Silva (Rio de Janeiro: Objetiva, 2011).

novembro — fevereiro
Ano LXIX
Nossa Voz
nº 1016

ERRÂNCIAS

Admitida essa descrição, com o Brasil contando com duas grandes formações, bem distintas entre si, uma no litoral com a *plantation*, outra no sertão com a produção em escala modesta, mas com intensas rotas de comércio de sul a norte e de leste a oeste, será preciso dar mais um passo para perceber que, claro, não se tratava de mundos isolados, reciprocamente. Pelo contrário: havia muita troca entre um e outro. Os vendedores que corriam o sertão em lombo de mulas e cavalos, vendendo produtos industrializados, são apenas um exemplo disso.

Como atestam os historiadores afinados com essa visão, produtores interioranos sempre estavam conectados, em alguma medida, com os mercados. Podia ser uma ligação de nível secundário – um tropeiro paulista que recolhia gado no extremo sul e o levava até a feira de Sorocaba, um arreeiro que vendia em Sorocaba materiais para montaria, e assim por diante –, mas era certo que o Brasil foi sendo ligado, internamente, até mesmo na cadeia de crédito: capitalizado por alguma boa safra ou venda, o produtor sertanejo ia até uma cidade média ou grande para comprar a prazo um escravo, com o qual ia aumentar sua produção ou incrementar a produtividade de seu negócio.

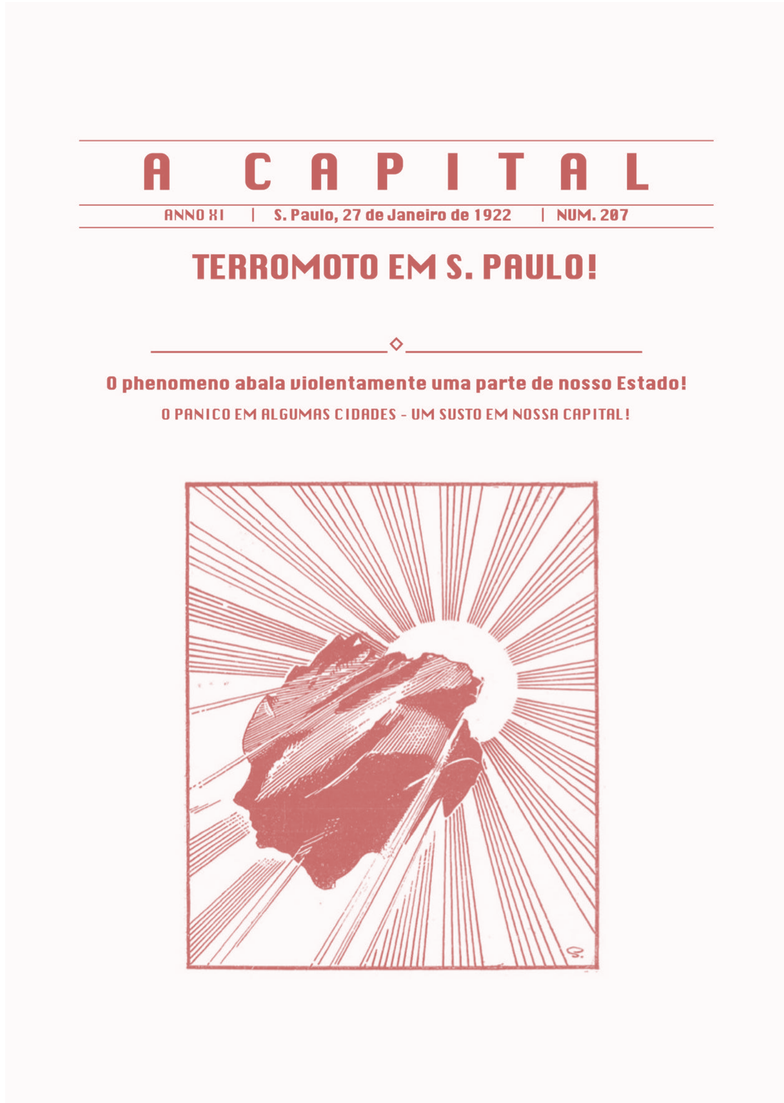
Olhando a partir de outro vértice, essa configuração histórica, com dois polos distintos mas conectados, sugere uma formação naturalmente mais complexa do que aquilo que temos aprendido na escola. O Brasil não foi, nem é apenas aquilo que se forjou nos limites da *plantation*. Sim, o mundo litorâneo foi e tem sido a sede da inteligência letrada em nosso país – aí estavam as grandes cidades, aí se produziu o Barroco (plástico, musical e literário), aí era o mundo da intensa escravidão urbana, em particular no Rio de Janeiro, experiência aguda e, em sua escala, única no Ocidente moderno.

Aí apareceu Machado de Assis, que soube inscrever nas entrelinhas e estruturas de sua obra as tensões visíveis e invisíveis que se estabeleciam entre, digamos, a promessa de liberdade e de mobilidade social, que a cidade grande representa, e a submissão vil implicada pela escravidão, misturada de modo complexo às várias modalidades de alforria e ao *império do favor*, que Roberto Schwarz disse ser a mediação social universal do Brasil.

O Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX foi o ponto máximo desse universo da *plantation*. E temos a sorte de haver surgido ali um sujeito como Machado de Assis. Autor de dez romances, mais de duas centenas de contos, centenas de crônicas e poemas, algumas peças de teatro, traduções, crítica literária e quase tudo que se pode conceber em matéria de escrita – salvo memórias pessoais, que por motivos intrincados ele recusou escrever, logo ele, autor de milhares de páginas de aguda percepção social e de sofisticada invenção –, Machado é um exemplo também excelente da invisibilidade do sertão.

Em texto famoso, escrito em 1873 ("Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de Nacionalidade"), Machado de Assis teve um momento de impressionante fragilidade analítica. Num contexto argumentativo em que demonstrava, com boa dialética, que o escritor brasileiro *não precisava* falar de "índio e natureza tropical" para ser brasileiro, podendo frequentar qualquer tema (como Shakespeare, dizia ele, que se manteve profundamente inglês mesmo escrevendo histórias passadas na Dinamarca ou na Roma antiga), mas *podia* falar até mesmo de índio, já que tudo pode ser matéria de criação, apontou ele:

Houve depois uma espécie de reação. Entrou a prevalecer a opinião de que não estava toda a poesia nos costumes semibárbaros anteriores à nossa civilização, o que era verdade, — e não tardou o conceito de que nada tinha a poesia com a existência da raça extinta, tão diferente da raça triunfante, — o que parece um erro.[2]


A CAPITAL

ANNO XI | S. Paulo, 27 de Janeiro de 1922 | NUM. 287

TERROMOTO EM S. PAULO!

O phenomeno abala violentamente uma parte de nosso Estado!

O PANICO EM ALGUMAS CIDADES - UM SUSTO EM NOSSA CAPITAL!

Ali está: "costumes semibárbaros *anteriores à nossa civilização*", e "raça *extinta*". Em 1873, uma das mais agudas inteligências que já apareceram no continente americano foi capaz de jogar os índios para o passado, na vala da extinção[3]. Ocorre que não, nada disso era verdade: se Machado tivesse viajado uns pares de horas para o interior e tivesse saído de seu casulo urbano carioca, no mesmo ano de 1873 veria índios em profusão. E nem falemos de mestiços índios, que estavam já no subúrbio carioca e seriam também facilmente visíveis. Machado não poderia saber do futuro, mas nós, um século e meio depois, podemos dizer que a "dita raça" não se extinguiu, e pelo contrário, resiste e cresce, contra incontáveis brutalidades que sofreu e sofre pelo país afora.

Como então explicar a frase de Machado? A resposta nos levaria longe das possibilidades deste modesto texto. Mas é certo que poderíamos mostrar que se tratava de defeito da lente utilizada pelo escritor. Na cidade metropolitana e cosmopolita como era o Rio de então, a única cidade brasileira com esta condição no momento (mas havia Salvador e Recife com algo disso), algo de muito profundo se concentrava e depurava – justamente o mundo da *plantation* –, impedindo a visão daquela outra parte, o sertão.

2 Machado de Assis. Obra completa, vol. 3, p. 1204 (Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008).
3 Para uma leitura realmente revolucionária acerca da visão amerindia do mundo, em nosso tempo, é nada menos do que imprescindível conhecer a obra do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, por exemplo, em *A inconstância da alma selvagem* (São Paulo: Cosacnaify, 2011).

ERRÂNCIAS

Aqui precisa entrar uma consideração abstrata: o sertão era invisível para Machado, e talvez tivesse permanecido caso não houvesse quem sobre ele escrevesse, ou quem pensasse a partir dele. E escrever/pensar o sertão não era coisa acessível ou mesmo imaginável para os intelectuais e escritores do mundo litorâneo. Mesmo José de Alencar, Alfredo Taunay, Bernardo Guimarães, todos de origem ou experiência provinciana/sertaneja, escritores que de algum modo puseram em cena a vida fora das cidades litorâneas, tiveram dificuldades para fazê-lo – dizendo de modo meio dramático que a língua portuguesa no Brasil não tinha sido criada para *dizer o sertão*, e, pelo contrário, foi criada para torná-lo tão invisível quanto, em outra dimensão, a própria escravidão, que tão pouco aparece na poesia, no teatro e na narrativa do tempo.

Tão distantes eram a língua literária brasileira e o mundo do sertão que, quando este se impôs como assunto incontornável, aconteceu um choque de placas tectônicas – precisamente em 1902, com o lançamento de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, um ensaio com linguagem rebuscada, classicizante, meio parnasiana, mas dedicado a relatar um massacre de gente simples pelo exército nacional, que fazia pouco tinha implantado a república em nome do povo. "Vômito triunfal", o chamou Nelson Rodrigues, em crônica na qual comparou o clássico relato da guerra de Canudos com *Deus e o diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha, outro terremoto originado do confronto entre os mundos aparentados do sertão e do litoral.

O mundo do sertão – de norte a sul, de leste a oeste do território brasileiro – é, como já dissemos, um mundo oral, ágrafo, mas nem por isso menos povoado de imaginação e de história. Um mundo sem grandes cidades, tramado em centenas de pequenas vilas, milhares de acampamentos e aldeias que se articularam em rotas pelas quais transitava não apenas mercadoria, mas também casos e lendas, poemas e canções.

Visto pela lente da cultura letrada metropolitana, o mundo do sertão era invisível, como para Machado, ou de pouco valor, ou impossível de transformar em cultura letrada. Nem o romance e o conto modernos, a poesia fundada nas vertigens individuais românticas ou o teatro burguês eram capazes de dizer o sertão, ou tinham interesse nele. Quando eventualmente algum elemento interiorano comparecia em alguma dessas formas, era como parte da paisagem, ou como figura ridícula, marcada pela falta de civilidade e de linguagem adequada.

Até que, paulatinamente, o sertão começa a falar literariamente. Na mesma geração de Euclides da Cunha, a disciplina que se chamou de "Folclore" começou a salvar do esquecimento quantidades de relatos e poemas. Assim foi com Sílvio Romero e, no sul, o imigrante Karl von Koseritz, abrindo a trilha que depois viria a ser herdada por Simões Lopes Neto e Monteiro Lobato, Mário de Andrade e Câmara Cascudo.

Um grupo heterogêneo de contistas – não romancistas, o que dá o que pensar – mete a mão na massa: Afonso Arinos, o já citado (e figura superior em acerto literário) Simões Lopes Neto, Cornélio Pires, Valdomiro Silveira, Hugo de Carvalho Ramos, e mesmo Lobato, vão repassar casos tradicionais, incorporar lendas e canções antigas, vão enfim inventar tramas de ambiente sertanejo em sua literatura, poderosa contribuição na qual a linguagem será trabalhada até que se encontrem soluções de vocabulário e de dicção adequadas. Muito mais adequadas que o artificialismo de Coelho Neto.

Na geração seguinte, impõe-se a presença de Graciliano Ramos, que levou adiante a força expressiva do mundo sertanejo, com muito mais ousadia que os bons José Lins do Rego, Rachel de Queirós e Cyro Martins. E então, para surpresa geral, o sertão mineiro vê brotar Guimarães Rosa, figura superior que é, para o sertão, aquilo que Machado de Assis é para a *plantation* – uma culminação, o atingimento do pico expressivo de toda uma experiência histórica.

Machado não é mensurável por Guimarães Rosa, mas este igualmente não se mede pela régua machadiana. (Aliás, Rosa abominava a literatura de Machado, como deixou consignado em rara nota de leitura.) Os dois são profunda, imensamente brasileiros e sul-americanos, mas nascem de duas experiências históricas mutuamente conectadas e distintas. Machado corre a mesma carreira de Henry James e de Jorge Luis Borges, cosmopolitas metropolitanos, enquanto Guimarães Rosa pertence ao mesmo mundo de Juan Rulfo e Gabriel García Márquez, gente que bebeu água na fonte sertaneja.

(Epa, ia esquecendo e vai como nota final em forma de provocação: nenhum desses dois autores brasileiros tem qualquer coisa a ver com a lente que, há duas gerações, é praticamente a única, na crítica e na escola, tida como válida para descrever a literatura brasileira. O nome dessa lente é Modernismo, mas seu nome verdadeiro é Modernismo Paulistano. Não é que dele tenham estado ausentes algumas tensões e propostas relevantes, nem que dele não tenham nascido experiências válidas; é que ele não pode ser tomado como a única, nem mesmo como a melhor, das lentes para ler os fenômenos letrados realmente mais fortes da história do Brasil.)

■

Luís Augusto Fischer é professor de Literatura Brasileira na UFRGS, autor dos livros *Literatura brasileira – Modos de usar* (L&PM) e *Machado e Borges* (Arquipélago), entre outros.

Michel Zózimo é artista e professor. Vive e trabalha em Porto Alegre.

2 Machado de Assis. Obra completa, vol. 3, p. 1204 (Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008).
3 Para uma leitura realmente revolucionária acerca da visão amerindia do mundo, em nosso tempo, é nada menos do que imprescindível conhecer a obra do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, por exemplo, em *A inconstância da alma selvagem* (São Paulo: Cosacnaify, 2011).

JARDIM EUROPA
lançamento de 1922
Propriedade do Manuel Garcia da Silva

Foi o titulo escolhido para este bellissimo nucleo, titulo este que obedeceu á idéa de prestar homenagem ao velho continente que tão ligado está ao continente americano e principalmente ao Brasil.

É hoje que se inicia a venda de seus magnificos terrenos que, pela sua natureza e esplendida situação topographica, devem merecer a melhor aceitação por parte dos senhores pretendentes.

Terrenos arborizados, altos e seccos, numa area de 900.000 m2, dotados de melhoramentos indispensaveis a um bairro confortavel e hygienico e destinados a habitações finas, será, sem duvida, o bairro preferido pela élite paulistana.

O Jardim Europa, proximo da Avenida Paulista, dista do centro apenas 16 minutos de bonde (bonde 45 da rua Augusta) e 8 minutos de automovel.

As suas construções obedecerão a um plano, cuja esthetica esteja de accôrdo com a belleza do local e a categoria dos seus habitantes.

As condições geraes sobre a negociação destes terrenos serão detalhadamente publicadas em folhetos, distribuidos juntamente com a respectiva planta.

A venda será feita a dinheiro ou a prestações mensaes, durante o periodo de 5 annos.

Informações e distribuição de plantas: no escriptorio local, no Jardim Europa ou escriptorio central, 46, rua de S.Bento.

LOJA DO JAPÃO - GARCIA DA SILVA & CIA.

CONTEXTO EM QUESTÃO

Notas sobre a Bienal do Mercosul

Por Gabriela Motta

Antonio Caro (Bogotá-Colômbia, 1950) Colombia Coca-Cola, 1976/2007 esmalte sobre lata divulgação / acervo do Museu La Tertulia

Paulo Bruscky Sem título, 1977 colagem e carimbo sobre envelope

Paulo Bruscky Fax Performance, 1985 colagem e aparelho de fax dimensões variáveis

Cildo Meireles Inserções em Circuitos Ideológicos: Projeto Coca-Cola, 1970 garrafa de vidro de coca-cola e decalque em silk-screen 24,5 × 6,1 cm

Foto: Romy Pocztaruk

Há quase vinte anos, em 1997, acontecia em Porto Alegre a primeira edição da Bienal do Mercosul. Nesse percurso, muito se debateu sobre o evento, considerando-se inicialmente a pretensa crise do modelo Bienal de Artes Visuais, a pertinência – ou impertinência – de mais uma exposição do gênero no Brasil e a limitação político-geográfica sugerida por seu nome.

Como se percebe, a crise atribuída ao modelo expositivo bienal é de ordem conceitual e não de ordem prática. Quer dizer, nós – curadores, pesquisadores, artistas, críticos de arte, leitores – podemos considerar anacrônica a existência de eventos bianuais cuja pretensão é apresentar mostras panorâmicas, mundiais ou regionais, sobre arte. No entanto, seguimos assistindo ao surgimento de novas bienais de arte pelo mundo e contribuindo com esses eventos na medida em que participamos deles enquanto agentes que os conformam conceitualmente.

Se nos interessa discutir os modos de circulação, de abordagem e de fruição da arte, cabe reconhecer as exposições do gênero para além do fato de serem estruturas estabelecidas, basicamente, a partir de uma economia da cultura. A aproximação entre tais termos é algo a ser problematizado, especialmente desde seu interior.

A Bienal do Mercosul surge em consonância com as contradições dos dias de hoje, um período caracterizado pela globalização dos mercados, pelo esgotamento dos recursos naturais, pelo afastamento do poder público em relação a setores como educação e cultura e pela acentuação das contradições sociais. Nesse pacote político-econômico-social, modificam-se os modos de financiamento e de circulação de bens culturais. Em tal conjuntura, projetos de grande porte acabam sendo privilegiados, pois envolvem um maior número de profissionais aptos a formatar essas propostas nos termos exigidos por lei.

No Brasil, na esteira do PRONAC (Programa Nacional de Apoio à Cultura, também conhecido como Lei Rouanet, instituído em 1991 no governo Fernando Collor), surgem as leis estaduais de incentivo à cultura. Na prática, isso significa que a maior parte dos recursos financeiros necessários para a realização de projetos culturais virá da iniciativa privada, mediante a aplicação dessas leis, que permitem o redirecionamento de um percentual de impostos. No Rio Grande do Sul, a LIC/RS – Lei de Incentivo à Cultura – foi aprovada em 1996 e regulamentada alguns meses antes da primeira edição da Bienal do Mercosul, em maio de 1997.

Tal como esse evento, todos os projetos culturais de grandes dimensões das últimas décadas, como a mostra *Brasil +500*, *Mostra do Redescobrimento* (2000), o programa Rumos Itaú Cultural, e mesmo os prêmios PIPA e Marcantonio Vilaça – para ficarmos só nas artes visuais –, utilizam essas leis de incentivo. Já projetos autônomos, independentes, de pequenas proporções, encontram mais dificuldade em obter recursos para sua realização, ora por não darem o "retorno" esperado pela iniciativa privada, ora por não se enquadrarem na estrutura burocrática dos meios de financiamento regulamentados. Mesmo se pensarmos nos mecanismos de incentivo direto, como os programas da FUNARTE, a quantidade de profissionais exigida nos editais, como assessoria de imprensa ou produtor – o que, dependendo do projeto, nem sempre é necessário –, afasta ou impede que sejam aprovadas propostas que não se enquadram nesses termos.

É nesse contexto, com essas questões em jogo – interesses políticos, economia cultural, ampliação de circuitos artísticos via projetos de grande envergadura –, que surge essa Bienal. Se a idealização da mostra reconhecia a necessidade real de ampliarmos a circulação da produção artística para além do eixo Rio–SP, ao mesmo tempo a sua criação valia-se de um mecanismo incipiente de financiamento. Assim, a Bienal do Mercosul configura-se também como um investimento em capital simbólico capaz de fortalecer um acordo político de livre circulação comercial (algo até hoje não alcançado entre os países do bloco, nem econômica, nem culturalmente).

Destaques de um percurso

Em sua trajetória, a Bienal do Mercosul não é diferente das outras mostras do gênero. Algumas de suas edições foram plataformas importantes para discussões sobre arte contemporânea, sobre curadoria, sobre a relação da bienal com o local no qual ela acontece, sobre arte e educação. Outras podem ser vistas como exemplos de irresponsabilidade curatorial e administrativa, o que implica em reconhecermos a complexa estrutura de gestão dos projetos de grandes proporções. Mostras como as bienais de arte conjugam especialistas em determinada área cultural – nem sempre verdadeiramente engajados com o projeto para o qual são convidados – e especialistas do setor empresarial – nem sempre conceitualmente envolvidos com a área em questão. De todo modo, é evidente que, em suas dez primeiras edições, essa Bienal propiciou um trânsito inigualável de obras de arte, de artistas e de técnicos em montagem de exposições, influenciando na formação dos agentes e do público local, e configurando-se enquanto um evento fundamental, não só para Porto Alegre, mas para o Brasil.

Primeiro ponto: revelando espaços

Desde sua primeira edição, a Bienal do Mercosul tinha como um dos seus desafios encontrar locais para sua realização, considerando a precariedade e escassez de equipamentos públicos em Porto Alegre. O que poderia ser um limitador da mostra tornou-se uma de suas marcas: a descoberta de locais não tradicionais, a criação de espaços expositivos e mesmo a colaboração na melhoria de algumas instituições, como o Museu de Arte do Rio Grande do Sul.

É com essa dinâmica que espaços como o DEPREC – um galpão portuário – abrigou mostras das duas primeiras Bienais; o Hospital Psiquiátrico São Pedro foi utilizado na terceira edição do evento; os armazéns do Cais do Porto concentraram a maior parte das exposições realizadas na 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e na 8ª edição da mostra (2011). Boa parte desses lugares, e outros tantos como o singular "prédio da Mesbla", utilizado na 1ª Bienal, ou a Casa M, projeto da 8ª edição que transformou uma casa residencial do centro histórico de Porto Alegre em um ponto de encontro, abrigando espaços expositivos e de estudos, cozinha e biblioteca, jardim e sala de estar, deveriam ter sido preservados enquanto equipamentos culturais da cidade, o que, infelizmente, nunca ocorreu.

Por que isso não aconteceu? A Bienal afirma não ser de sua responsabilidade manter esses locais. A prefeitura não tem condições financeiras de arcar com os custos de novos equipamentos culturais. O Estado, atualmente, não garante nem o pagamento dos servidores públicos, o que dirá destinar alguma verba para a cultura. Os armazéns do Cais do Porto são alvo de uma disputa política envolvendo a negociação com a iniciativa privada para sua presumida exploração comercial.

Como em uma boa peça de teatro, em algum aspecto, todos os personagens têm razão. O cenário cultural no âmbito do capitalismo tardio é complexo e estamos longe de conseguir compreender todos os meandros dessa rede. De todo modo, por mais que o esquema atual de financiamento cultural praticamente obrigue todos envolvidos com a cultura a ter CNPJ, ainda é como pessoas físicas que podemos fazer alguma diferença.

Segundo ponto: algumas diferenças

Paulo Sérgio Duarte foi o pesquisador convidado para assumir a curadoria geral da 5ª edição da Bienal do Mercosul (2005). Logo que seu nome foi anunciado, o crítico apresentou sua proposta para a mostra, na qual se destacam, entre tantos outros aspectos, pelo menos três ações determinantes para a discussão tanto sobre esta Bienal, especificamente, quanto sobre o papel de uma bienal em geral.

Em primeiro lugar, Paulo Sérgio manifestou a inadequação de a mostra ser limitada ao universo sugerido por seu nome, iniciando o processo de internacionalização do evento. De fato, restringir a Bienal aos países membros do bloco não poderia contribuir para qualquer discussão estética, nem mesmo sobre arte latino-americana, já que "Mercosul" é um acordo econômico e não uma região. Com efeito, cientes disso, nenhuma edição da mostra limitou-se a contemplar somente obras desses países, apresentando exposições especiais com artistas como Jesús Soto ou Pablo Picasso. Porém, é só a partir da 5ª edição que essa abertura passa a fazer parte do discurso curatorial, modificando a estratégia de mostras especiais, até então adotada pelos projetos curatoriais.

Em segundo lugar, Duarte envolveu-se em defesa do Núcleo de Documentação e Pesquisa da Bienal, contribuindo para sua estruturação. O NDP, apontado como necessário já na primeira edição dessa exposição, foi criado pela Fundação Bienal em outubro de 2004 e abriga todo tipo de documentação referente à história do evento.

Por fim, tentando amenizar o clichê que associa as exposições do tipo bienal com discos voadores por serem ambos "aparições" eventuais, a 5ª Bienal comissionou quatro obras públicas. Os artistas Waltércio Caldas, Mauro Fuke, Carmela Gross e José Resende foram convidados a desenvolver projetos para a região da orla do Guaíba. Mais uma vez, tal atitude não chega a ser inédita na trajetória da Bienal do Mercosul, tendo em vista as onze esculturas públicas legadas na 1ª edição do evento, localizadas no Parque Marinha do Brasil, e a obra *Supercuia* (2003), de Saint Clair Cemin, comissionada pela 4ª Bienal. A diferença, na 5ª Bienal, está no modo como tais obras foram definidas: através de projetos que levavam em consideração, sobretudo, o lugar no qual seriam instaladas. Hoje, todas essas obras encontram-se bastante deterioradas ou interditadas, por total irresponsabilidade da Prefeitura de Porto Alegre.

Terceiro ponto: de que é feito o chão?

Assim como Paulo Sérgio Duarte, as equipes e os curadores gerais da 6ª e da 8ª Bienal, Gabriel Perez Barreiro e José Roca, respectivamente, serão lembrados como pessoas que assumiram a responsabilidade de pensar sobre o papel de uma bienal de artes visuais, interferindo um pouco nos aspectos controversos dos grandes eventos. Em todas essas edições da mostra, desenvolveram-se projetos que contemplavam questões como formação de circuitos autônomos, educação em artes visuais, constituição de acervos públicos, o papel da curadoria, inclusão de agentes locais, contribuindo para que a Bienal do Mercosul fosse uma plataforma importante para a discussão sobre o mundo da arte.

Ainda cabe reconhecer a importância dos projetos da 1ª, da 2ª e da 7ª edição da mostra sulista. A 1ª edição da Bienal do Mercosul, com curadoria de Frederico Morais, além de conseguir transpor todas as dificuldades inerentes de um projeto inaugural, homenageava o crítico Mário Pedrosa e o artista argentino Xul Solar, em duas mostras especiais. O projeto da 2ª Bienal (1999), elaborado por Fábio Magalhães e por Leonor Amarante, apresentou um grande número de proposições artísticas desenvolvidas especialmente para a mostra, voltando-se efetivamente para a produção contemporânea de arte. Por fim, em sua 7ª edição (2009), com curadoria geral de Victoria Noorthoorn e Camilo Yáñez, a Bienal do Mercosul, além de suas exposições, apresentou uma programação constante de debates, de performances artísticas e de ações educativas em continuidade com o que vinha se desenvolvendo desde a 5ª edição do evento.

Há no ar um clima de mau tempo. E não estou falando da chuva constante que cai sobre Porto Alegre nos últimos meses. Desde o final da 9ª edição (2013) dessa Bienal circulam conversas nas quais se especula sobre a continuidade da mostra. Em que pese a minha ignorância quanto ao real papel do empresário que assume a presidência desses eventos, é fato que, sem essa figura, pelo menos no Brasil, não se faz uma exposição nas proporções de uma bienal internacional. São personagens coadjuvantes do ponto de vista daqueles interessados em discutir arte, mas totalmente protagonistas do ponto de vista da viabilização de projetos de grande envergadura.

Em sua 9ª edição, pela primeira vez, quem ocupou a presidência da Fundação Bienal foi uma mulher. A empresária Patrícia Druck assumiu esse papel e, ao lado da curadora geral, Sofia Chong Cuy, conseguiu realizar uma Bienal com grandes nomes da arte, como Hans Haacke e Robert Rauschenberg, e muitas contendas, como a saída, ao final desta edição, da pesquisadora Mônica Hoff, que coordenava o programa pedagógico da Bienal desde 2006. Porém, a mais grave dessas polêmicas envolve uma dura acusação. Há quem diga que as dificuldades para a realização da mostra, enfrentadas pela diretoria e pela curadoria, teriam sido intensificadas em função do comportamento misógino de parte importante da instituição. Não cabe aqui apontar nomes, nem de delatores ou de acusados, mas considerar o conservadorismo da sociedade em geral, algo que aflora quando mulheres assumem setores tradicionalmente ocupados por figuras masculinas.

Ponto final: a lógica de supermercado

Agora, em plena 10ª edição da Bienal, em meio à confusão envolvendo os constantes adiamentos de sua abertura e a saída de parte da equipe curatorial um pouco antes de sua inauguração, temos que nos confrontar com o que é a exposição em si. A despeito das presumíveis divergências entre o curador geral, Gaudêncio Fidelis, e aqueles que saíram – Ramon Castillo, Raphael Fonseca e Fernando Davis –, tal atitude é questionável, especialmente por ter sido tomada tão tardiamente. Por mais que se saiba que o curador geral, sem o conhecimento de parte de sua equipe, excluiu artistas da mostra alegando dificuldades em transpor a burocracia alfandegária, desligar-se do projeto de uma bienal na última hora não afeta significativamente a proposta curatorial – supostamente, já bastante conhecida por todos os envolvidos. Ou seja, retirar-se da equipe da Bienal uma semana antes de sua abertura atinge, sobretudo, a situação institucional do evento. E não exime totalmente nenhum curador do que é a exposição.

Independentemente disso, é muito difícil escrever sobre a atual Bienal do Mercosul, pois, ao contrário de todas as outras edições da mostra, não há nada nela que possa ser defendido. Claro, existem bons artistas e bons trabalhos na mostra, mas todos, sem exceção, perdem camadas conceituais e sensíveis em função do modo como estão expostos. São tantos os equívocos curatoriais, começando pela declaração da curadoria de que a mostra pretendia "retomar sua vocação inicial privilegiando obras latino-americanas", que não vale a pena enumerá-los sob o risco de colaborar para a já frágil situação em que a Bienal do Mercosul se encontra.

Contudo, destaco um exemplo de como uma exposição pode contribuir para uma leitura rasa da arte: no prédio do Memorial do Rio Grande do Sul, em uma mostra chamada *Biografia da vida urbana*, encontramos, lado a lado, a obra de Antonio Caro, *Colômbia Coca-Cola* (2007), um postal de Paulo Brusky, apresentado em uma caixa de acrílico, e três garrafas de Coca-Cola, resquícios de uma das *Inserções em circuitos ideológicos: projeto Coca-Cola* (1970), de Cildo Meireles. A obra de Caro está absolutamente de acordo com uma ideia de arte retiniana, ainda que conceitual. O trabalho – uma litografia vermelha e branca na qual se lê a palavra "Colômbia" escrita com a caligrafia do logotipo da Coca-Cola – atualiza o jogo da Pop Art, envolvendo procedimentos de apropriação e de ressignificação de imagens midiáticas ou de produtos industrializados na construção de significados, no contexto da arte. É algo para ser visto com os olhos, que aponta para a nossa capacidade – ou incapacidade – visual de discernir e identificar subtextos em uma obra capaz de cruzar, numa só imagem, países, produtos e disputa política. Está onde deveria estar, em uma instituição de arte.

Já os trabalhos de Cildo e Bruscky discutem exatamente o contrário daquilo proposto por Caro. De partida, não foram feitos para serem vistos e sim experienciados no cotidiano. Em suas gêneses, está a proposição de novos meios de circulação e de fruição da produção artística; está precisamente o questionamento das instâncias institucional e retiniana da arte. Se hoje é lícito que tais propostas sejam expostas em mostras de arte, é preciso sublinhar que são documentos, resquícios materiais de algo que ultrapassa largamente a noção de objeto de arte. Apresentá-los enquanto obras prontas só contribui para a crescente fetichização da arte, a mesma que estimula a transformação das grandes exposições e museus de arte em competitivas instituições de entretenimento.

Por fim, uma exposição que alinha trabalhos artísticos, cujo ponto em comum é um produto, como a Coca-Cola, diz mais sobre o refrigerante do que sobre arte.

Em frente

Não será a primeira vez que uma exposição do tipo Bienal será lembrada por seus equívocos. Sobram exemplos de edições conceitualmente frágeis nas Bienais de São Paulo e de Veneza. Podemos lidar com isso e pensar em como minimizar as consequências negativas desses projetos. No caso de Porto Alegre, a pior dessas consequências seria considerar que a Bienal deixe de ser realizada. Espero profundamente que o complicado projeto de sua 10ª edição sirva de estímulo para que a Fundação Bienal do Mercosul resgate seu papel transformador e volte a contribuir para a construção de um debate instigante sobre arte e sobre o mundo da arte.

■

Gabriela Motta é doutora em Artes Visuais pela ECA-USP, crítica e pesquisadora em Artes Visuais. Vive e trabalha em Porto Alegre.

Dueto realizado por Tatiana da Rosa e Yanto Laitano, na Casa M, – 8ª Bienal do Mercosul, 2011. Foto: Fávia de Quadros/ indicefoto.com

Do outro lado do muro: perguntas ao Cais Mauá de Todos (CMT)

Com Helena Cavalheiro

Procura-se Paisagem: construção e instalação coletiva de escadas de marinheiro ao longo do muro da Mauá proposta por Germana Konrath. A ação fez parte da exposição Água Viva, Galeria Península (2015), com curadoria de Denis Rodríguez, e integra projeto desenvolvido em parceria com Helena Cavalheiro. Foto: Matthias Duro

É crescente o número de movimentos urbanos no Brasil que trazem o patrimônio histórico e público como foco de sua luta. O que parece estar em jogo, além de uma reivindicação pela maior e mais direta participação popular nas decisões sobre a cidade, é a importância da história e memória de seus habitantes na construção de uma paisagem urbana. A entrevista realizada pelo jornal Nossa Voz com Helena Cavalheiro, do Movimento Cais Mauá de Todos, buscou levantar algumas destas questões no contexto de Porto Alegre.

Sobre o Movimento Cais Mauá de Todos

Nossa Voz Como começou o envolvimento crítico dos integrantes do CMT com o projeto vigente para o Cais Mauá e como se estruturou em um movimento? Quais são os principais problemas que vocês encontraram no projeto e que alternativa vocês estão propondo?

Helena Cavalheiro Embora, nos últimos anos, discussões sobre a questão urbana estejam na pauta de qualquer centro urbano de médio ou grande porte, Porto Alegre possui uma tradição de ativismo que data de tempos passados. Exemplos disso são os parques Moinhos de Vento e Marinha do Brasil, ambos criados nos anos 1970, por conta de mobilização popular; o Mercado Público e a Usina do Gasômetro, no centro histórico, foram poupados da expansão da malha rodoviária também por pressão da comunidade, sendo que o último se tornou um centro cultural na década de 1990, através de processos colaborativos geridos pela classe artística local; Porto Alegre é ainda referência para mais de mil cidades do mundo pelo caso do Orçamento Participativo[1], hoje infelizmente sucateado; a cidade foi importante referência nas jornadas de junho de 2013; em janeiro, o Fórum Social Mundial retorna à sua cidade sede para comemorar seus 15 anos de criação. Esses casos demonstram que o CMT está de certa forma dando sequência ao hábito de uma parcela da população que, a despeito de serem taxados de "românticos"[2] e serem responsabilizados pela "estagnação" da cidade, lutam diariamente por um projeto urbano que objetive de fato o bem comum.

Em relação à sua trajetória, o CMT surgiu há cerca de um ano, a partir do encontro de pessoas que estavam descontentes com a oferta apresentada pelo poder público local e iniciativa privada como sendo a única solução possível" para a reocupação do Cais Mauá, fechado desde 2012, por conta do dito processo de revitalização. Importante comentar que, embora esse processo tenha quase 10 anos completos, foi apenas no ano passado que chamou a atenção da população em geral com o início de obras civis de demolição de edificações sem valor histórico na área do porto, visto que antes disso praticamente não houve divulgação de informações. Voltando à reunião inicial, a mesma foi convocada pela Katia Suman (jornalista) que, junto com o Rafael Ferretti (diretor de arte), participava das reuniões do grupo Ocupa Cais Mauá, criado alguns meses antes e que vinha realizando ações de protesto contra o fechamento do cais e a iminente demolição do Armazém A7, que não é tombado como os demais. A ideia dessa reunião foi propor a criação de um grupo que tivesse perfil complementar ao Ocupa – que possuía um grande apelo social, mas carecia de estruturação propositiva nos âmbitos jurídico e político. Entre outros, Katia e Rafael convidaram o João Volino (sociólogo), Jaqueline Custódio (advogada) e a Vanessa Melgare (ambientalista) – todos já ligados a outros movimentos que debatem questões relativas ao direito à cidade – e a mim (arquiteta), que, em 2008, havia desenvolvido como Projeto Final de Graduação uma intervenção na área do Cais e adjacências, chamada Manifesto Mauá, que enviara a eles algumas semanas antes através da página do facebook do Ocupa. A esse "núcleo duro" juntou-se posteriormente o Cristiano Kunze (arquiteto). Há uma série de outros membros flutuantes que participam ativamente das discussões, mas não estão necessariamente envolvidos diariamente como nós sete.

As críticas ao projeto, ou melhor, ao processo que culmina no projeto que hoje é apresentado como única alternativa viável, são amplas e partem de diferentes pontos de vista, derivando em parte da formação multidisciplinar do grupo. Há críticas estruturais ao modelo de negócios – onde o poder público municipal e estadual executa uma série de manobras para conceder à iniciativa privada o direito de exploração comercial da área; à condução do processo sob o ponto de vista legal – suspeita de irregularidades na fase licitatória, na execução de contratos e manipulação de índices construtivos, infrações a leis de acesso à informação, entre outros; à escassez de divulgação de informações sobre o processo como um todo e inexistência de abertura à participação da sociedade nas etapas decisórias; ao projeto de "waterfront blockbuster" apresentado, que ignora a importância da área como patrimônio material e imaterial e à memória da cidade, e não soluciona questões críticas de ordem urbanística que se fazem presentes na região; bem como ao material técnico apresentado, que a cada nova leva de divulgação aparece mais desfigurado, o que, por sua vez, reforça a inviabilidade do modelo de negócios de onde se originou, sendo que a simplificação do projeto visando corte de custos não só é visível como declarado oficialmente. Em resumo, um processo mal concebido e mal conduzido num amplo sentido, fruto de uma aliança desqualificada entre as esferas pública e privada, mirando prioritariamente a satisfação de interesses econômicos em detrimento de um real usufruto da área pela população.

Buscando apontar os descompassos desse processo, discutir abertamente com a população soluções possíveis e pressionar o poder público por mudanças, o CMT estruturou suas ações, grosso modo, em 3 eixos temáticos:

Jurídico ao longo deste ano viemos procedendo, enquanto sociedade civil, com investigações e denúncias de irregularidades encontradas no processo, que inclusive geraram repercussão em veículos da mídia local;

Social realização de eventos mensais em espaços abertos nas adjacências do Cais, com atividades culturais e apresentações de material produzido pelo grupo. Nesses momentos, são também realizadas coletivas de imprensa para divulgação dessas novas informações, como forma de estabelecer alguns marcos junto à mídia local. No âmbito virtual, criamos uma página no Facebook onde divulgamos informações sobre o movimento, produção textual nossa e de apoiadores, conteúdo relacionado, eventos etc. Estamos no momento organizando esse material também em um site, para que a busca por informações seja mais objetiva. Além disso, realizamos alguns debates e conversas sobre o assunto e temas correlatos, através de parcerias com o IAB/RS, Feira do Livro e Ministério da Cultura;

Político entre outros, a realização de dois abaixo-assinados, sendo o primeiro deles encerrado com mais de 6.500 assinaturas em repúdio ao empreendimento; participação massiva na audiência pública realizada no mês de setembro para apresentação dos estudos de impacto ambiental, com o apoio de outros movimentos ativistas da cidade e da comunidade em geral; solicitação de audiência com o Ministro da Cultura e presidência do Iphan para discussão de possibilidades para proceder ao tombamento de conjunto arquitetônico dos armazéns e paisagem circundante.

Nosso principal objetivo com essa mobilização é, em linhas gerais, exigir do poder público que se desenvolva um processo de reocupação da área que respeite a memória urbana e seja capaz de promover desenvolvimento sustentável e integrado com o restante do centro e da cidade.

1 [Nota da editora] Orçamento Participativo é um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimentos de prefeituras municipais, através de processos da participação da comunidade. Esses processos costumam contar com assembleias abertas e periódicas e etapas de negociação direta com o governo. Ele foi implementado em 1989, no âmbito da constituição de 1988, pelo então vereador Olívio Dutra.

2 [Nota da editora] "Românticos" foi o termo utilizado pela jornalista Rosane de Oliveira no jornal Zero Hora, em matéria que criticava o Movimento Cais Mauá de Todos por se oporem à forma como o atual processo de revitalização da área se dá. O CMT respondeu ao artigo de Rosane de Oliveira com uma carta aberta publicada na sua página e enviada aos principais veículos de comunicação da cidade, a exemplo do portal SUL21, em setembro de 2015.

3 [Nota da editora] Ver também matéria realizada pelo jornal Nossa Voz (nº 1014): São Paulo, Recife, Istambul: lutas em comum, uma conversa sobre o Organismo Parque Augusta (São Paulo), Direitos Urbanos (Cais José Estelita, Recife) e Musterekleiremiz (Parque Gezi, Istambul).

CONTEXTO EM QUESTÃO

O patrimônio público nas lutas urbanas

NV Nos últimos anos, movimentos que discutem o "direito à cidade" usaram o patrimônio histórico como ferramenta de luta. É o caso, por exemplo, do Parque Augusta e do Cine Belas Artes, em São Paulo, do Ocupe Estelita, no Recife, mas, também, em movimentos no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em outras cidades pelo Brasil[1]. Esse novo lugar que o patrimônio vem ocupando nas lutas urbanas aponta para algumas questões, dentre elas, a crescente necessidade de se levar em conta a história e a memória das cidades e dos seus habitantes na hora de transformá-las e a falta de participação pública nas decisões dos fins e usos destinados ao espaço urbano. No caso do CMT, um dos principais pontos debatidos é o lugar que o Cais Mauá ocupa na forma como a população de Porto Alegre enxerga a sua relação com o rio Guaíba, o centro histórico e o resto da cidade. O que está em jogo é a possibilidade de construção coletiva de uma paisagem urbana – extrapolando questões de uso daquele espaço para tocar em questões de identidade. Gostaríamos que comentassem como o atual projeto para o Cais Mauá lida com essas questões e que alternativas vocês veem nesse sentido?

HC O Cais Mauá é um caso emblemático do estreitamento das relações entre patrimônio e identidade; trata-se de uma estreita faixa de terra localizada no bordo norte do Centro Histórico de Porto Alegre, marco zero da formação do território urbano e, portanto, ponto de contato mais intenso da cidade com o rio. O porto em si é outra referência à identidade da capital, expressa inclusive no seu próprio nome. Além disso, o Cais desde o início se mostrou também um espaço de fruição e convívio social, sendo que mais recentemente abrigou cinco edições da Bienal de Artes Visuais do Mercosul, atividade que foi interrompida no local em 2012, quando foi vetado o acesso público, por determinação da entidade privada que assumiu o controle da área, sob a justificativa de início imediato de obras de revitalização, que até o momento não foram iniciadas.

Além desses componentes simbólicos, a região abriga questões de ordem traumática para a história da cidade, como a grande enchente de 1941, que motivou a construção do sistema de contenção de cheias, que, entre outros elementos, inclui o famigerado "Muro da Mauá", cortina de concreto de cerca de 3m de altura e 2,4km de extensão, localizada entre a avenida homônima e os armazéns do Cais, e que há cerca de 40 anos bloqueia a conexão entre o centro da cidade e o rio. A própria Av. Mauá projetada para ser um grande boulevard junto ao porto – é ainda outro componente de crise: o aumento vertiginoso do tráfego de automóveis a transformou em uma rodovia urbana.

Uma das grandes críticas ao projeto atual é o fato de que praticamente ignora as premissas acima, ao oferecer, para essa que é simbolicamente a área mais importante da cidade, uma solução que implicará em impacto negativo na sua paisagem e no seu entorno próximo – construções de volumetria questionável, especialmente a do Shopping Center na área entre os armazéns e a Usina do gasômetro, e aumento do tráfego de automóveis estimado em 25 mil /dia, segundo informado no Estudo de Impacto Ambiental apresentado pelo próprio consórcio. Além disso, aborda a ideia de reconexão da cidade com o rio de forma bastante simplória, partindo da ideia de que, a partir do momento em que as pessoas tenham livre acesso às dependências do cais para contemplação do rio, a equação estará solucionada, quando o que está em jogo é o contato de todo o centro com a orla.

Entendemos que, para além de problemas de projeto, esses exemplos refletem uma profunda negligência à identidade da cidade e da sua população.

Como visão alternativa, entendemos que, mais do que uma abordagem da área como um núcleo isolado, é necessário reconectá-la simbólica e fisicamente ao tecido urbano do restante do centro da cidade, fazendo-os atuarem em conjunto. Nesse sentido, entendemos que 3 grupos de ação devam ser considerados para buscar uma solução de qualidade: 1) Criação de condições de aproximação entre centro e cais, através da solução de barreiras físicas existentes; 2) Tratamento dos espaços abertos não só dentro do cais mas também da sua conexão com o centro, entendendo, como tal, não só as conexões transversais com importantes equipamentos mas também a qualificação do espaço da avenida Mauá; 3) Uso programático da área do cais e adjacências, de caráter predominantemente público, em concordância/diálogo com as atividades existentes na região – comércio, serviços, educação, cultura e habitação.

Por trás dessa abordagem projetual, com vistas à reintegração do tecido urbano do cais ao restante do centro histórico, há um gesto de devolução da identidade à própria cidade e sua sociedade.

Minha utopia pessoal é a de que o Cais, que é símbolo de identidade e memória ao mesmo tempo em que o é de colonização cultural [bordo norte como ponto focal da chegada da imigração europeia; conjuntos de armazéns criados para a atividade mercantil, com sua arquitetura importada da França], se torne um espaço de construção de autonomia cidadã e para a manifestação das culturas formadoras da cidade – europeias, africanas, indígenas.

Evento realizado pelo CMT na Avenida Sepúlveda, em frente ao Pórtico Central do Cais. Novembro de 2015. Foto: Rafael Ferretti

Os desafios da construção de um movimento

NV Para que essa paisagem seja construída coletivamente é necessário também construir um espaço para garantir que isso aconteça. Enquanto ainda não escutamos o som das britadeiras, dois tipos de tensão parecem surgir ao movimento CMT: uma interna, referente à necessária pluralidade de vozes; e outra externa, vinculada à possibilidade de articulação com outros movimentos. Como o CMT pretende lidar com essas duas tensões? Como planejam articular múltiplas vozes e desejos, por vezes contraditórios que podem nascer para aquele local? Como vocês enxergam então essa diversidade de pautas interligadas à questão do resgate do acesso e do uso do espaço público?

HC Há uma série de desafios na construção e especialmente na manutenção de um movimento. Questões de agenda, repertório, expectativas. No entanto, eventuais tensões e discordâncias internas que surjam, embora por vezes cansativas, devem ser vistas como um exercício preparatório ao debate no âmbito da cidade, que é dissonante, heterogêneo e conflituoso em sua essência.

De todo modo, é preciso estar atento, pois da mesma forma que pode ser visto como um exercício preparatório, desequilíbrios devem ser encarados como um alerta. Vozes discordantes e interesses antagônicos seguirão existindo mesmo se o que consideramos a melhor das hipóteses ocorrer, que é a rescisão do contrato e abertura de diálogo para o recomeço do processo a partir de uma outra visão. E será preciso estar preparado para dar voz a todos, como o próprio nome do grupo informa, e isso pode significar dar voz à especulação e aos mecanismos de cooptação gerados pela lógica do capital, pois é ingenuidade achar que seja possível eliminá-los. A natureza da cidade é mercantil. É possível retardá-los, quase neutralizá-los, mas nunca deixarão de existir, e isso é um dado que é preciso aceitar e aprender a enfrentar. De fato, ainda não há plena consciência ou até interesse do grupo como um todo em discutir essa questão, mas creio que no momento certo esse tema tomará a posição que lhe cabe.

A ideia de resgate do espaço público pode ser vista sob duas óticas complementares. A primeira, de retomada física do espaço, hoje negada por insegurança, falta de animação nas ruas etc. A outra, da ordem simbólica, de espaço público como lugar de representação da vida em sociedade. Seguindo esse raciocínio, pode-se afirmar que o CMT atua em ambas as esferas. Ocupa fisicamente o espaço público e discute a sua ocupação. É um "espaço público" em si, se dilatarmos o significado isolado das palavras "espaço" [algo que dá lugar a alguma coisa] e "público" [aberto, coletivo, participativo]. Um espaço para debate sobre o cais e, ainda, sobre o projeto de cidade que se quer para Porto Alegre.

Nesse ano de existência acabamos nos tornando um vetor aglutinador de pessoas interessadas nessas discussões. Além da acolhida de uma significativa parcela da população, temos o apoio estratégico da classe artística da cidade, que participa dos eventos que realizamos na rua, nos apoia com produção audiovisual ou simplesmente compartilha dos nossos interesses – a exemplo da exposição Água Viva realizada este ano na Galeria Península, sob a curadoria de Denis Rodriguez, que construiu um discurso sobre o rio Guaíba através de relações entre arte e arquitetura. Além disso, o movimento recebe apoio de diversas entidades representativas da sociedade civil organizada, tanto do centro quanto de outras partes da cidade, como o IAB/RS, nosso parceiro mais ativo. O coletivo "A cidade que queremos" é um exemplo dessa união entre entidades motivadas pela nossa mobilização.

Ainda que pontualmente, nossas ações também reverberam para fora do território local. Temos, por exemplo, uma articulação informal com alguns membros do Ocupe Estelita, importante referência de movimento para o CMT. Além disso, a convite do MinC, participamos de duas edições do programa Cultura e Pensamento, sendo que no primeiro encontro, intitulado Cultura e Cidade e que ocorreu em São Paulo, nos reunimos na Vila Itororó para uma roda de discussão com outros movimentos do país, com o objetivo de estabelecer uma rede de contatos entre os movimentos e o próprio ministério.

Nesse momento em que estamos completando um ano de existência, passamos também por uma revisão das atividades realizadas e prospecção acerca do que queremos para esse segundo ano. De modo geral, entendemos que seja importante, agora, não só avançar na consolidação da posição que conquistamos, mas iniciarmos um processo de construção coletiva de conhecimento e preparação da população para o debate que se fará necessário no caso de efetivamente surgir a possibilidade prática de pensar outro processo de ocupação do Cais.

Em relação às nossas deficiências, é fato que ainda carecemos de uma articulação maior com movimentos sociais estabelecidos no centro ou nas periferias, em especial os ligados à habitação popular, ponto que tenho especial interesse, pois acredito que esteja aí uma chave para retardar o avanço da especulação sobre a área e garantir sua ocupação efetiva. Assim como em outros centros urbanos do país, o centro histórico de Porto Alegre possui alguns momentos de luta pela moradia bastante ativos, a exemplo de Lanceiros Negros e Ocupa Saraí, esse último ocupando um edifício na Avenida Mauá, ou seja, na área que estamos discutindo e que possui grande quantidade de edifícios desocupados ou subutilizados. Vejo com olhos críticos a falta de diálogo do CMT com esses movimentos, mas, por outro lado, entendo que, para além de uma possível falta de interesse, há uma questão importante de agenda e demandas ordinárias, e com frequência temos que enfrentar com resiliência a frustração de, enquanto grupo, não realizarmos na velocidade desejada todas as ações que gostaríamos. Mas, tudo a seu tempo.

■

Helena Cavalheiro é membro fundador do movimento Cais Mauá de Todos. Formada em Arquitetura e Urbanismo pela UFRGS, vive e trabalha em São Paulo. Em 2011 desenvolveu e produziu os projetos de arquitetura e expografia da 8ª Bienal do Mercosul, sob a curadoria de José Roca. Desde 2012, colabora com o escritório Metro Arquitetos, onde entre outros projetos, atualmente participa do processo de reestruturação arquitetônica e expográfica do Museu de Arte de São Paulo.

Para saber mais:
www.caismauadetodos.org
www.facebook/caismauadetodos
casmauadetodos@gmail.com

VOZES DE NOSSA VOZ

Scholem Aleichem: a resistência começa na escola

Uma das salas de aula da escola Scholem Aleichem Foto: Arquivo ICIB/Casa do Povo

Uma conversa com Simone Coelho e Marco Antônio Coelho Filho

Por Mariana Lorenzi

Simone Coelho e Marco Antônio Coelho Filho foram alunos do antigo Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem, que funcionou na Casa do Povo, de 1953 a 1981. Filhos de Marco Antônio Tavares Coelho, deputado federal pelo Partido Comunista Brasileiro, cassado e perseguido logo após o golpe civil-militar de 1964, foram acolhidos pela rede de pessoas que integravam a escola e a Casa do Povo, e que ajudavam os perseguidos pelo regime. Enquanto recebiam uma formação construtivista no Scholem, seu pai vivia na clandestinidade, até ser preso em 1975: "um dos homens mais torturados pelo regime", segundo seu filho. Após a ditadura, Tavares Coelho, dedicou-se ao jornalismo, e nos últimos anos de sua vida passou a escrever livros sobre questões ambientais; um deles, *Rio Doce: a espantosa evolução de um vale* (2011), conta a história das ocupações pelas mineradoras que depredaram a região do rio Doce. Esta entrevista com seus filhos ocorreu dias após a morte de Marco Antônio Tavares Coelho, em 21 de novembro, mesmo dia em que a lama da barragem que se rompeu em Mariana, contaminando o rio Doce, alcançou a costa do Espírito Santo. "Ele morreu junto com o rio", resumiu Coelho Filho.

Mariana Lorenzi Qual foi o período que vocês estudaram no Scholem Aleichem?
Simone Coelho Foram oito anos, fizemos o primário e o ginásio lá.
Marco Antônio Coelho Filho Foi uma época complicada pra gente. Nosso pai estava vivendo na clandestinidade porque havia sido deputado federal pelo Partido Comunista Brasileiro.

ML Quanto tempo ele passou na clandestinidade?
MAC Foram onze anos, de 1964 a 1975. Ele foi cassado na primeira lista, no ano do golpe, logo após seu último discurso como deputado. Ali ele some, e depois nos reencontra, já clandestino, em Belo Horizonte e nos traz para São Paulo em 1966. Fomos viver na casa de um amigo, o Claudio Abrão, e ingressamos no Scholem onde havia um grupo de judeus comunistas ligados ao Partidão, uma espécie de base de apoio do PCB.

ML Como a escola lidava com a condição de vocês, filhos de um perseguido político?
MAC A direção da escola sabia que éramos filhos de um comunista perseguido, então tinham cuidados. As nossas fichas de registro, que eles chamavam de "ficha modelo 18", corriam em paralelo. No início, essa preocupação era muito forte, depois de um tempo foi acalmando, até o AI-5, em 1968, quando o regime endurece atrás do meu pai, e a escola passa a tomar mais cuidado. Mas eles nos propiciaram uma vida escolar normal.
SC Apesar de a direção ser ciente da nossa condição, lembro-me de fugir da secretária que queria nosso endereço correto, pois as cartas da escola estavam voltando, mas nós não podíamos dar nosso endereço de jeito nenhum.

ML Então vocês tinham consciência da situação em que estavam?
SC Sim, apesar de pequenos – 7, 8 anos –, tínhamos a noção de que estávamos vivendo um processo complexo, que o nosso pai estava na clandestinidade, que não podíamos dizer onde morávamos. Não podíamos levar ninguém em casa, nós é que íamos na casa das pessoas. É engraçado. Sabe o filme do Cao Hamburguer, *O Ano em que meus pais saíram de férias*? Aquele filme me irritou, porque eu não me reconhecia ali...
MAC Te irritou? Eu achei legal... Eu me vi no filme... Até porque o garoto joga botão com o time do Cruzeiro, que era o meu time, porque eu sou mineiro...
SC Mas os garotos do filme eram muito fora da realidade, e tínhamos um censo de realidade e um censo político muito maior. Então eu pensei: "Não é verdade, esses meninos não eram assim!". Nossos colegas também tinham uma noção política muito maior do que o filme retrata. O Scholem era uma escola progressista.
MAC E experimental, né? Moderna para a época.
SC As discussões políticas eram muito presentes e frequentes no cotidiano da escola. Tínhamos excelentes professores.
MAC O Ariovaldo Umbelino de Oliveira, doutor da USP, era professor do Scholem. Vários professores importantes davam aula lá. Eu me lembro que as discussões sobre as questões das liberdades democráticas, tema daquela época da ditadura, estavam presentes.

ML Vocês eram então muito politizados.
MAC Éramos crianças muito politizadas porque vivíamos numa situação anômala, então discutíamos muito política em casa. Lembro-me que, quando moleque, eu era contrário à ocupação de Israel e cheguei a recolher dinheiro para os árabes no Bom Retiro; todo mundo ficava meio surpreso, mas eram democráticos, aceitavam que eu tivesse uma posição diferente.

ML O Scholem foi uma das primeiras escolas construtivistas de São Paulo. Como essa formação se dava na prática?
SC Era uma escola pequena e muito avançada e isso propiciava um desenvolvimento metodológico interessante, pois eram turmas com 20, 25 alunos, não mais do que isso. Foi uma formação muito completa. Tínhamos aula de artes, de teatro, de música. Coisas que hoje são extremamente modernas em termos de pedagogia. Lembro-me, por exemplo, que a escola abria à comunidade aos finais de semana.

ML E o pai de vocês buscou o Scholem devido ao contato que tinha com o pessoal da Casa do Povo?
MAC Foi só por isso. E também tinha a informação da qualidade da escola. Demos muita sorte, porque estudamos em uma belíssima escola, moderna, e com bolsa, que nos foi concedida em função da posição da escola, que ajudava os perseguidos da ditadura.
ML Era um colégio, além de avançado, muito corajoso...
MAC Sem dúvida! Eles corriam risco. Alguns deles foram presos, torturados, sofreram com o posicionamento político que tinham.

ML E vocês se lembram de alguns nomes que compunham a escola?
MAC Tinha o Max Altman, presidente da Casa do Povo, a Frima Grinspum, diretora do colégio na nossa época. Uma mulher! Naquela época era muito moderno ter uma diretora mulher. A minha melhor amiga era a Denise Grinspum, que era da minha classe.
SC A Isa Grinspum era da minha classe...
ML Que são sobrinhas da Clara Charf e do Mariguella. *(ver perfil de Clara Charf na edição 1.015 do Nossa Voz)*
MAC Sim, tinha todo esse pessoal envolvido. Era um agrupamento judaico antigo, de esquerda, que em cada momento teve um tipo de atuação política.

ML Em 1975 o pai de vocês foi preso. Ele ficou preso até o fim da ditadura?
MAC Até 1980 – foram 4 anos e 8 meses. Um pouco antes da anistia, ele saíu.

ML Ele ficou preso em São Paulo?
SC Ele foi preso no Rio de Janeiro, onde foi bem torturado...
MAC Ficou no Rio 3 ou 4 dias, depois veio para São Paulo e ficou três meses. Então, seguiu para Porto Alegre. Foi um período de DOI-Codi[1]... No Rio, em São Paulo e em Porto Alegre, nessa sequência. Depois de seis meses nos DOIs o trouxeram de volta para São Paulo.

ML Ele foi muito torturado nos DOIs-Codi?
MAC Muito, um dos caras mais torturadas da época da ditadura. Passou por vários presídios. Ficou um pouco no DEOPS[2], depois no Hipódromo, e, por fim, em Barro Branco, onde ficavam os presos políticos. Ele não chegou a ficar no presídio de Tiradentes, onde colocavam o pessoal da luta armada. O partido dele, o PCB, foi o último do agrupamento clandestino de esquerda que a ditadura conseguiu pegar. Quando a luta armada estourou, de 1967 a 1970, o foco dos militares era pegar quem estava no confronto armado e direto, e aniquilaram os caras em três anos. Depois eles destroçaram todos os agrupamentos de esquerda.
ML Foi um processo muito rápido...
MAC Bastante, diferente do que aconteceu no Chile ou na Argentina, que foi mais longo, e que prendeu e matou muito mais gente. A ditadura do Brasil começou antes, mas foi menos violenta nos primeiros anos, até 1967, quando começou a porrada forte.

ML Esse período menos violento permitiu que as pessoas fugissem antes de o cerco apertar?
MAC Quando meu pai foi preso, o comitê central do PCB já estava todo fora do país, menos ele.

SC Eles foram paulatinamente saindo do Brasil. O meu pai ficou porque era o mais jovem do comitê e preferiu ir mandando os mais velhos. Mas, quando ele foi preso, em 1975, já estava preparando a sua saída.

ML Ele era deputado em exercício quando teve o golpe?
MAC Sim, no Rio de Janeiro, era um deputado federal conhecido. Então teve que mudar de fisionomia, o jeito de andar, tinha vários nomes. Fomos treinados para esquecer nomes...
SC Até hoje não consigo guardar nomes.

ML E após ele ser solto, com a Anistia, como foi o processo de reintegração no cotidiano?
MAC Depois que ele saiu da cadeia, voltou a trabalhar como jornalista. O Batista Custódio, um jornalista de esquerda, convidou-o para dirigir um jornal em Goiânia, em 1981.

ML Qual era o jornal?
MAC Era o Diário da Manhã de Goiânia, um jornal alternativo diário, com grandes jornalistas. A turma era o Washington Novaes, o Aloisio Biondi, o Pindé, o Reynaldo Jardim, que é quem criou *O Sol* (cantarola) "O Sol nas bancas de revista...", e eu também participava. Ficamos lá dois anos fazendo um jornal bom pra caramba. Depois ele veio pra USP ser o editor da revista *Estudos Avançados*. Fez isso até quase o final, quando parou e começou a escrever livros. Escreveu uma série de livros sobre rios.

ML Tem um sobre o rio Doce, certo?
MAC Sim, ele dá uma guinada para a questão ambiental.
SC Faz toda uma pesquisa sociológica de como foram as ocupações das margens dos rios.

MAC No livro ele conta da degradação do rio, que já existia, pela Vale do Rio Doce e pelas mineradoras na zona da mata. Essa região foi toda devastada pela ocupação da mineradora.
ML Um tema bastante atual.
MAC Sim, ele foi fazendo as revisões dele, sempre participando de alguma forma das discussões.

ML Para finalizar, gostaria que falassem um pouco sobre como as experiências que vocês passaram na infância influenciaram suas vidas.
SC Tem tudo a ver com o que faço hoje. Eu era artista na época do Scholem, dancei durante muito tempo, fui do Grupo Corpo, do Ballet da Cidade, Ballet Stagium, depois cansei da vida de artista e voltei à faculdade para fazer Ciências Sociais. Fiz um mestrado analisando a questão dos movimentos sociais e da democracia no país, e passei a estudar o Terceiro Setor. Obviamente, a minha história está toda atrelada a esse percurso, não tem como escapar.
MAC O posicionamento intelectual do grupo judeu de esquerda foi fundamental para mim. Eu percebi que uma forma de ajudar a organização civilizatória dos homens era contando as suas próprias histórias, e decidi cedo que queria ser jornalista. No Scholem já fazíamos o jornalzinho.

ML Outro dia eu vi um jornalzinho feito pelos alunos do Scholem. Com várias reivindicações, já eram super politizados!
MAC Super politizados! Não éramos alienados, todo mundo sabia o que estava falando!
SC Por isso que eu não concordo com o filme do Cao Hamburguer! (risos)

■

1 Departamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), aparato repressivo do Estado, cuja finalidade era reprimir as organizações clandestinas de esquerda.
2 Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo, "uma das polícias políticas mais truculentas do país, principalmente durante o regime militar" (Memorial da Resistência de São Paulo).

Simone Coelho é bacharel e Licenciada em Ciências Sociais, doutora em Ciência Política pela USP. É autora do livro "Terceiro Setor - um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos". Atualmente é diretora presidente da Ideca (Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e de Ação Comunitária).

Marco Antônio Coelho Filho é jornalista e executivo de televisão. Foi diretor de jornalismo da TV Gazeta por onze anos, e da TV Cultura por nove anos.

ANÚNCIOS

Adão

Reparos e serviços gerais
no Bom Retiro

11 981791650

Movic
Materiais de construção

R. Guarani, 275
3229-3337/ 3229-7379
sac365@gmail.com

www.movic.com.br

MOVIC™

Passeio sonoro pelo bom retiro

Baixe gratuitamente o audioguia no seu celular usando QR code ou o link

www.estudiozut.net/casadopovo

Recomendamos o uso de fones de ouvido.

Pizzaria Ponto do broto

Fundada em 1989
Forno à lenha

3228-1720 / 3229-5951

www.pontodobroto.com.br

Ponto do Broto pizaria

Super Tata

Almoço com comida baiana
das 11:30 às 14:00

Jantar com churrasco brasileiro
e pratos típicos coreanos
das 17:30 às 22:00

Rua Joaquim Murtinho, 51

ACONTECE NO BAIRRO

Casa do Povo

11 e 12 de dezembro

Pourquoi Moi

Abertura de processo do projeto "Pourquoi Moi", residência artística realizada pela artista Emmanuelle Raynault na Casa do Povo, onde desenvolveu uma reflexão poética e corporal sobre arquivo e memória, em diálogo com moradores do bairro do Bom Retiro.

Oficina Cultural Oswald de Andrade

até 23 de janeiro

Em algum lugar entre a terra e a casa

A proposta poética da exposição se assemelha a de uma residência artística, por meio da ocupação da "Casinha", localizada no pátio dos fundos da Oficina Oswald de Andrade. A construção simbólica dessa casa tem como ponto de partida uma mesa e um caderno coletivo das cinco artistas que habitam o espaço durante o período da exposição. Participam do projeto as artistas Alessandra Duarte, Bel Falleiros, Flavia Mielnik, Laura Gorski e Renata Cruz.

Estação Pinacoteca

até 12 de fevereiro

A Gravura de Arthur Piza

A exposição apresenta um importante panorama da obra gráfica de um dos principais artistas contemporâneos brasileiros. Com mais de 100 trabalhos produzidos ao longo de 60 anos, a mostra inédita apresenta um conjunto de gravuras editadas pelo artista e doadas à Pinacoteca.

EDITORIAL

A edição de nº 1.016 do jornal *Nossa Voz* é a terceira e última de 2015, contemplada pelo 11º Programa Rede Nacional, da Funarte Artes Visuais. Este número faz parte de uma pesquisa maior, que trouxe para a publicação o contexto de outras três cidades brasileiras como norte para elaboração de seu conteúdo – Recife, Belém do Pará e Porto Alegre. Cada edição foi pensada em diálogo com interlocutores locais: Cristiana Tejo, Armando Queiroz e Fernanda Albuquerque, que, juntos ao comitê editorial, reuniram autores, artistas, ativistas, em entrevistas, ensaios e intervenções, cruzando experiências e contextos, na tentativa de desfazer discursos hegemônicos. Esta edição conta com a interlocução da curadora Fernanda Albuquerque e traz algumas questões atuais, e históricas, sobre a cidade de Porto Alegre: a imigração judaica, a presença e resistência de negros e índios, as lutas urbanas, a Bienal do Mercosul, o patrimônio histórico e questões de identidade, representação, projeção e invisibilidade.

Este número se inicia com uma entrevista com a psicóloga e historiadora Cecília Coimbra, feita por Rodrigo Vaz, a convite do Seminário Público Micropolíticas. Nesta entrevista, Coimbra comenta as lutas do passado e os desafios do presente, problematiza o sistema punitivo e reflete sobre outras possíveis formas de resistência – mais afirmativas, propositivas e autônomas. Em *Considerações sobre a questão indígena na América Latina*, o sociólogo Cássio Brancaleone traz algumas notas sobre a luta indígena pela terra, e o conflito de intenções que nascem no interior dos Estados-Nações e entram em choque com as sociedades autóctones. O ensaio é acompanhado por uma intervenção do artista Jaime Lauriano, que comenta a ocupação e a construção geográfica e política da América do Sul após a diáspora africana e o massacre dos povos indígenas na invasão do Brasil. As reflexões levantadas por Coimbra parecem reverberar nestas matérias: Pinheirinho encontra os zapatistas e outra maneira de organização e resistência se mostra possível. Já em *Porto Alegre: Uma cidade Negra?*, a historiadora Fernanda Oliveira busca desfazer o imaginário criado em torno do gaúcho branco e europeu, questionando o estereótipo criado sobre a região com histórias da presença negra – os Clubes de Cultura Afro-brasileira, os bares de reunião da comunidade, as revistas – em uma luta contra o racismo.

A entrevista *Clube de Cultura: desafios de um mundo em transformação*, de Fábio Prikladnicki com Airan Milititsky e Hans Baumann, gira em torno do passado, presente e futuro do Clube de Cultura de Porto Alegre, na qual Milititsky e Baumann expõem conquistas, desafios e metas para o clube que foi fundado em 1950 por judeus progressistas e que, assim como a Casa do Povo, foi um importante local de resistência (e existência) da comunidade judaica progressista desde antes da ditadura militar. As fotografias de Romy Pocztaruk que acompanham a matéria nos mostram o presente do clube como um lugar instável entre histórias e possibilidades. Em *Minha Longa Milonga: canções para Keidânia*, o músico e compositor Claudio Levitan traduz a memória da imigração de sua família para o Brasil, no contexto da Segunda Guerra Mundial, em canções que, através da fusão entre a tradicional música klezmer e a milonga gaúcha, resgatam a memória da diáspora.

No ensaio *O Sertão está em quase toda parte*, Luís Augusto Fischer propõe uma revisão do que se compreende por literatura brasileira como algo historicamente visto sobre a lente do modernismo paulistano e das produções advindas das regiões da *plantation*, deixando aos autores do sertão a categoria de "folclore". O texto é acompanhando pelo trabalho do artista Michel Zózimo, desenvolvido para o jornal Nossa Voz a partir de uma pesquisa sobre o contexto de São Paulo no ano de 1922 – um mediado pelo capital (anúncios imobiliários) e outro pela capital (um dos maiores terremotos já mapeados no Brasil e que aconteceu na cidade).

Por fim, em meio à crise de um dos maiores eventos artísticos do país, Gabriela Motta analisa alguns pontos acerca da história da Bienal do Mercosul, no ensaio *Notas sobre a Bienal do Mercosul*. Conhecida pelo seu intenso diálogo com a cidade, descentralizando suas ações, a Bienal ocupou um dos patrimônios históricos da cidade de Porto Alegre – o Cais Mauá, localizado às margens do Rio Guaíba, e que hoje está no centro de um controverso projeto de revitalização. Em *Do outro lado do muro: perguntas ao Cais Mauá de Todos*, Helena Cavalheiro, uma das integrantes do movimento CMT, problematiza o atual processo no qual as decisões sobre o espaço público são tomadas, em uma conversa sobre o papel do patrimônio histórico nas lutas urbanas atuais. Por fim, o *Vozes de Nossa Voz* traz uma entrevista com Simone Coelho e Marco Antônio Coelho Filho, ex-alunos do Ginásio Israelita-Brasileiro Scholem Aleichem, que funcionou na Casa do Povo nos anos de 1953 a 1981. Filhos de Marco Antônio Tavares Coelho, deputado federal pelo PCB eleito em 1962, que viveu clandestinamente por onze anos, fugindo do regime militar, os dois foram acolhidos pela rede progressista do Scholem e da Casa do Povo, e contam, na entrevista dada à Mariana Lorenzi, como era o dia a dia na escola, e qual era o posicionamente dos jovens estudantes em um período de restrição de liberdades como a ditadura.

Isabella Rjeille
dezembro de 2015

FICHA TÉCNICA

Projeto editorial Benjamin Seroussi e Mariana Lorenzi
Editora Isabella Rjeille
Assistente editorial Julia de Souza
Correspondentes Cristiana Tejo (Recife), Armando Queiroz (Belém), Fernanda Albuquerque (Porto Alegre)
Projeto gráfico Margem
Produção Anamauê
Gráfica Cinelândia
Revisão Gilda Morassutti
Tiragem 3.000

Colaboradores Acácio Augusto, Amilcar Packer, Airan Milititsky Aguiar, Cassio Brancaleone, Cecília Coimbra, Cláudio Levitan, Fábio Prikladnicki, Fernanda Oliveira, Gabriela Motta, Jaime Lauriano, Hans Baumann, Helena Cavalheiro, Luís Augusto Fischer, Marco Antônio Coelho Filho, Max Hinderer Jorge Cruz, Michel Zózimo, Rodrigo Vaz, Romy Pocztaruk e Simone Coelho.

Comitê Editorial Alexandre Lindenberg, Ana Druwe, Benjamin Seroussi, Bong Kooh, Celso Curi, Chico Daviña, Jairo Degenszajn, Kuki Shin, Lilian Starobinas, Marcos Ajzenberg, Mariana Lorenzi, Michelle Gonçalves, Mila Zacharias, Nina Knutson, Valeria Piccoli.

Instituições parceiras Casa de Onze Janelas (Belém), Espaço Fonte (Recife), Oficina Cultural Oswald de Andrade, Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Agradecimentos Marco Antônio Coelho, In memoriam, Alan Floyd Gipsztejn, Aline Bueno, Antonia Wallig, Carolina Brandão Coelho, Daniel Galera, Elida Tessler, Guilherme Dable, Irene dos Santos, Jailton Moreira, Joana Burd, João Felipe Wallig , Leo Felipe, Lilian Maus, Lúcia Regina Brito Pereira, Margarita Santi Kremer, Maria Helena Nunes, Michel Laub, Paulo Capra , Priscila Kisiolar, Ramiro Furquim, Stéphani Fleck da Rosa, Vera Chaves Barcellos, Vertóvi.

Esta edição do jornal Nossa Voz é em memória de Marco Antônio Tavares Coelho (1926-2015)

Nossa Voz é uma publicação da Casa do Povo. O jornal existiu próximo à instituição, de 1947 a 1964, quando foi fechado pela ditadura militar devido ao seu posicionamento político. Em 2014, foi relançado pela Casa do Povo, tendo seus eixos editoriais repensados a partir do contexto contemporâneo, em diálogo com as suas premissas históricas. O comitê editorial se reúne regularmente para discutir a cidade, a memória e as práticas artísticas em consonância com a situação política atual. Para saber mais sobre o Nossa Voz e a Casa do Povo: www.casadopovo.org.br,facebook.com/casadopovoxxi.

A publicação é quadrimestral e tem distribuição gratuita nas instituições parceiras e em algumas bancas do bairro do Bom Retiro, em São Paulo.

Para ver as edições antigas (1947-1964): www.memoria.bn.br

LEI DE INCENTIVO À CULTURA

Apoio cultural:

Cinelândia Gráfica e Editora

Apoio:

CIRÚRGICA FERNANDES
VICUNHA

Produção:

anamauê

Correalização:

Onze Janelas
FONTE

Realização:

CASA DO POVO

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES funarte
Ministério da Cultura
GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Este projeto foi contemplado pelo Programa Rede Nacional Funarte Artes Visuais 11ª edição.